



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2025**

--- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte cinco, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, em Óbidos reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:

--- **PONTO UM** - Intervenção do público; -----

--- **PONTO DOIS** - Período antes da Ordem do Dia; -----

--- **PONTO TRÊS** - Tomada de conhecimento do Relatório de Execução Orçamental do 3.º trimestre de 2025 da empresa municipal Óbidos Criativa, E.M.; -----

--- **PONTO QUATRO** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de fixação das condições e valor das coberturas do seguro de acidentes pessoais dos autarcas; -----

--- **PONTO CINCO** - Apreciação e eventual aprovação da proposta da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Óbidos; -----

--- **PONTO SEIS** - Eleição e eventual nomeação até dois representantes das freguesias, para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, conforme o previsto na alínea b), do ponto n.º 3, do art.º 29.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro; -----

--- **PONTO SETE** - Eleição e posterior nomeação de dois representantes da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, de acordo com o previsto na alínea e), do art.º 9.º, do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia; -----

--- **PONTO OITO** - Apreciação e eventual aprovação da proposta do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Óbidos; -----

--- **PONTO NOVE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta do Plano de Desenvolvimento Estratégico Óbidos Cidade Criativa da Literatura da UNESCO 2025–2035; -----

--- **PONTO DEZ** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a transferência de competências e recursos do Município de Óbidos para a Freguesia de A-dos-Negros – 2026; -----

--- **PONTO ONZE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a transferência de competências e recursos do Município de Óbidos para a Freguesia de Amoreira – 2026; --

--- **PONTO DOZE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a transferência de competências e recursos do Município de Óbidos para a Freguesia de Gaeiras – 2026; ----

--- **PONTO TREZE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a transferência de competências e recursos do Município de Óbidos para a Freguesia de Olho Marinho – 2026;

--- **PONTO CATORZE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a transferência de competências e recursos do Município de Óbidos para a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa – 2026; -----

--- **PONTO QUINZE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a transferência de competências e recursos do Município de Óbidos para a Freguesia de Usseira – 2026;

--- **PONTO DEZASSEIS** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a transferência de competências e recursos do Município de Óbidos para a Freguesia do Vau – 2026; -----

--- **PONTO DEZASSETE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2026; -----



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

--- **PONTO DEZOITO** - Apreciação e eventual aprovação dos Documentos Previsionais do Município de Óbidos para 2026; -----

--- **PONTO DEZANOVE** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Óbidos, Fernando Jorge, iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes, passando, de seguida, a palavra à Segunda-Secretária para ser feita a chamada apurando os deputados presentes. -----

--- A Segunda Secretária, Lénia Capinha Lameiro, fez a chamada. -----

--- **Presenças:** - Fernando Jorge Sousa e Silva, Ricardo José Pedras Ribeiro, Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas, Lénia Capinha Lameiro, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Ana Maria Ramos de Sousa, Fábio Miguel Tomé Antunes, Luís Manuel Ferreira Cunha, Elisabete Rocha Castanheira, Anabela Blanc Capinha Corado, Hugo Leitão Henriques, Diogo Caires Câmara, Vítor Paulo Herculano Rodrigues, Luana Madalena Oliveira da Silva de Sousa, Adélia Maria da Silva Claudino Araújo, Ricardo José da Mata Antunes, Natália Maria Saramago Leandro, Rodrigo Miguel Conde Fonseca, José Manuel Lopes Marques, João Paulo Herculano Rodrigues, Ilda Maria Nuno da Cruz Figueiredo, Ricardo Silva Santos Carreira, José Pedro Rolim Horta, Pedro Miguel Jerónimo Vieira, Hélder José Mineiro Mesquita, Bruno Ricardo Pereira Duarte, Sandra Nazaré Cipriano Bebian, Frederico de Deus Lopes. -----

--- **Quórum** – Vinte e oito presenças. -----

--- Registou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Filipe Miguel Correia Alves Daniel e dos Vereadores, Ricardo Miguel Pereira Duque, Paulo Manuel Clemente Gonçalves, Soraia Alexandra Isidoro Saramago, Samuel de Sousa Timóteo Félix, Joana Trindade Bernardes Costa, Bruno João Rebelo Silva. -----

--- Por haver quórum, o Presidente Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos:-

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

--- **PONTO UM - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

---Não houve intervenção do público. -----

--- **PONTO DOIS - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, disse antes de começarmos as intervenções por parte dos Senhores Deputados, “temos uma ata para aprovar. A última ata da sessão realizada em setembro, do último mandato. Nesta ata votarão só os deputados que estiveram presentes nessa sessão. E há elementos desta assembleia municipal que estiveram presentes na última sessão do mandato que terminou em setembro de 2025 e que também o poderão votar nesta ata. Não estiveram presentes nessa reunião de 15 de setembro, Pedro Miguel Maldonado Freitas, José Carlos Capinha e Sílvia Maurício Correia. Dos presidentes de junta que passaram para deputados e os deputados que estão presentes nesta sessão e que faziam parte do mandato anterior desta assembleia, temos o João Paulo Herculano Rodrigues, Anabela Blanc Capinha Corado, Natália Maria Saramago Leandro, Pedro Miguel Carvalho Maldonado Freitas, José Pedro Rolim Horta, da bancada do PS, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Hélder José Mineiro Mesquita, Ricardo José da Mata Antunes, José Manuel Lopes Marques, Luís Manuel Ferreira Cunha, Frederico de Deus Lopes, Pedro Miguel Jerónimo Vieira, da bancada do PSD, e também os três deputados que estão na mesa, Fernando Jorge Sousa e Silva, Lénia Capinha Lameiro,



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

Hugo Leitão Henriques, alguma situação que queiram colocar à consideração da mesa relativamente à ata. Não havendo, vamos passar para a respetiva votação”. -----

--- Foi presente a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 15 de setembro de 2025, pelo Senhor Presidente da mesa colocando a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Aprovada em minuta por unanimidade. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, comunicou que “antes de passarmos para as intervenções e a discussão da moção que nós temos aqui na mesa, vamos nos encontrar novamente no dia 12 de janeiro do próximo ano 2026. Como vocês sabem saiu um Decreto-Lei em 2023, que passou a determinar que o Senhor Presidente da Comissão da CCDR e um dos Vice-Presidentes passam a ser eleitos pelos autarcas dos vários concelhos, sendo assim, foi determinado pelo despacho 14805-C/2025, que no dia 12 de janeiro se vai realizar o ato eleitoral e para o mesmo vai ser convocada uma Assembleia Municipal. A convocatória vai ser feita atempadamente, trata-se de uma reunião extraordinária, e será uma votação das 16h às 20h. -----

--- Os Senhores Presidentes de Câmara têm ainda uma votação a realizar, é porque elegem um Vice-Presidente. Os deputados municipais eleitos diretamente, os senhores presidentes de junta e todos os membros da câmara elegem o colégio eleitoral do presidente e, os resultados apurados nas diversas assembleias municipais, elegem a pessoa que mais votos teve se for mais que um candidato. No que diz respeito aos Presidentes de Câmara, vão ter que votar nas CIMs, isto é, há uma mesa de voto que é liderada pelo secretário executivo da CIM, com dois membros que eles escolhem, e votam na CIM no mesmo horário, 16h - 20H. Trata-se de uma reunião destinada para efeitos de votação, com exceção se não houver nenhum candidato, essa reunião passa para março de 2026. Ainda não determinei o local da votação, mas é provável que seja, se estiver disponível, o Salão Nobre da Câmara Municipal ou o Auditório Municipal da Casa da Música. Já foi recebido pela Câmara Municipal o caderno eleitoral e nele constam as 35 pessoas que o compõem, quer os 28 deputados municipais que incluem os presidentes de junta, quer mais os 7 vereadores, incluindo o Senhor Presidente da Câmara. Portanto está tudo a postos, só nos falta recebermos a comunicação que vamos avançar, o boletim de votos e as finalidades finais do ato em si. A mesa está de acordo com aquilo que está estipulado neste regulamento que permite a eleição do Senhor Presidente da CCDR e o Vice-Presidente, a mesa é a mesa da Assembleia Municipal, que eu presido e os senhores secretários estarão comigo. A mesa da CIM será o secretário executivo da CIM, que é o presidente e mais duas pessoas que ele vai escolher. Terminada esta informação vamos então para o primeiro assunto que nós temos aqui. Há uma moção que foi apresentada pelo Partido Social Democrata sobre o tema “A Assembleia Municipal de Óbidos apela pela garantia de acesso a cuidados de saúde e pela decisão célere sobre o futuro hospital do Oeste” e que, efetivamente, temos de fazer a sua discussão e apreciá-la e votá-la. Eu disponibilizei um exemplar ao respetivo líder de bancada, mas de qualquer maneira nós vamos proceder à respetiva leitura da mesma. Por parte do PSD aquilo que me foi dito é que procederá à sua leitura a Senhora Deputada Luana Sousa. -----

--- Faremos a leitura e após a leitura suspendemos os trabalhos por 10 minutos. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

--- A Senhora Deputada Luana Sousa, começou por cumprimentar todos os presentes, nesta que é a minha primeira intervenção neste órgão, quero deixar votos de um bom trabalho em prol dos obidenses e agradecer o voto de confiança dado pelos nossos presidentes. Venho em nome da bancada municipal do PSD apresentar a moção que passo a ler, com o título “A Assembleia Municipal de Óbidos apela pela garantia de acesso a cuidados de saúde e pela decisão célere sobre o futuro hospital do Oeste”. A bancada municipal do Partido Social Democrata de Óbidos, reunida em sessão ordinária da assembleia municipal vem, através da presente moção, expressar a sua preocupação com a persistente falta de resposta estrutural do Serviço Nacional de Saúde no concelho de Óbidos e na Região Oeste, bem como, reafirmar a necessidade de uma intervenção responsável, planeada e eficaz por parte da Administração Central na área da saúde. A saúde constitui um pilar essencial de coesão social e do desenvolvimento equilibrado dos territórios e das comunidades. Conforme consagrado no nº1 do artigo 64 da Constituição da República Portuguesa todos têm o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover, competindo ao Estado assegurar um Serviço Nacional de Saúde universal e geral, garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, a cuidados de saúde e promover uma cobertura racional eficiente de todo o território nacional em recursos humanos e unidades de saúde. É neste enquadramento que se torna evidente a necessidade de resposta clara, estruturada e atempada por parte da Administração Central, capaz de garantir o acesso efetivo aos cuidados de saúde e devolver confiança às populações. Nestes termos, e no exercício de funções deste órgão deliberativo a bancada municipal do Partido Social Democrata de Óbidos, submete à apreciação da Assembleia Municipal a presente moção, atendendo a que o concelho de Óbidos enfrenta uma carência significativa de médicos de saúde geral e familiar, limitando o acesso a cuidados de saúde primários, os quais constituem um pilar essencial do Serviço Nacional de Saúde e um fator determinante para a prevenção de doença, o acompanhamento clínico contínuo no ato e, por consequência, a qualidade de vida da população. A carência de cuidados de saúde primários agrava a pressão na prestação de serviços de saúde na Unidade Local de Saúde do Oeste, evidenciando a necessidade de uma resposta hospitalar estruturante, designadamente, através da concretização do futuro hospital do Oeste, em definição prolongada quanto à localização e ao modelo de gestão do futuro hospital do Oeste constitui um fator de instabilidade e desmotivação profissional que, aliada à insistência da autorização para compromissos financeiros plurianuais, limita o lançamento de concursos atrativos para a contratação de serviços médicos, comprometendo a fixação de profissionais e, consequentemente, a prestação de cuidados de saúde. Os executivos liderados pelo PSD têm demonstrado um claro compromisso com o bem estar da sua população, desenvolvendo de forma contínua e responsável todos os esforços ao seu alcance para mitigar esta situação, nomeadamente, frequentes ofícios e diligencias ao Ministério da Saúde e à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a solicitar a colocação de profissionais de saúde e à adoção de diligencias por parte da Administração Central, um investimento significativo e sustentado na área da saúde, designadamente através do plano “Óbidos mais Saúde” que se encontra no seu terceiro ano consecutivo, representando um esforço financeiro acumulado de cerca de 700



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

mil euros, a implementação do projeto piloto do hospital no domicílio sénior, uma parceria entre a Câmara Municipal de Óbidos, a Unidade Local de Saúde do Oeste e a Segurança Social, constitui uma resposta inovadora e complementar destinada a melhorar o acompanhamento clínico de idosos institucionalizados, este projeto promove cuidados de maior proximidade, pretende reduzir deslocações evitáveis às urgências hospitalares e diminuir a pressão sobre os serviços da Unidade Local de Saúde, medida que impacta significativamente a saúde e a qualidade de vida, não só da população idosa mais vulnerável, mas de toda a população. Não obstante os esforços desenvolvidos pela Câmara Municipal de Óbidos, a situação permanece preocupante, sendo clara a necessidade de uma intervenção efetiva por parte do Estado enquanto responsável último pela garantia ao direito da proteção da saúde, assegurando um Serviço Nacional de Saúde universal, equitativo, de qualidade e em proximidade com as populações. Importa ainda referir que a falta de estabilidade política com sucessivas mudanças de governo condicionou a capacidade de decisão e de execução por parte da Administração Central, não permitindo resolver de forma atempada problemas estruturais acumulados ao longo dos últimos anos na área da saúde, designadamente na região Oeste. Como aqui foi afirmado, a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde não se constrói apenas com o reforço de recursos, mas exige sobretudo decisão política, planeamento estratégico e capacidade de execução, colocando as pessoas no centro das políticas públicas e assegurando respostas de proximidade às populações. Face ao exposto, a bancada municipal do Partido Social Democrata de Óbidos, reunida em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2025, submete à apreciação deste órgão deliberativo a seguinte proposta de deliberação, manifestar a sua profunda preocupação com a degradação do acesso aos cuidados de saúde primários no concelho de Óbidos e na região Oeste, solicitar ao Governo e à Administração Central, em particular o Ministério da Saúde, a adoção urgente de medidas que garantam presença estável de médicos de saúde geral e familiar no concelho de Óbidos, solicitar celeridade nos procedimentos administrativos necessários por parte da Administração Central e das entidades competentes para que o projeto piloto da USF Modelo C venha a ser uma realidade no concelho de Óbidos, solicitar a autorização de compromissos financeiros plurianuais que permitam à Unidade Local de Saúde lançar concurso eficazes e atrativos, incluindo modelos de parceria público-privada de forma assegurar a prestação de cuidados de saúde públicos no Centro de Saúde de Óbidos, revindicar a necessidade de uma decisão célere, transparente e participada sobre o projeto do futuro hospital do Oeste, respeitando critérios técnicos, o interesse público, o princípio da equidade territorial e as necessidades reais das populações da região, valorizar e reconhecer o esforço financeiro, institucional e político desenvolvido pela Câmara Municipal de Óbidos na área da saúde, reconhecendo a sua capacidade de inovação e o seu compromisso com o bem estar coletivo, determinar o envio da presente moção ao Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro, à Excelentíssima Senhora Ministra da Saúde, à Comunidade Intermunicipal do Oeste, à Presidência da República e aos grupos parlamentares da Assembleia da República. Através desta moção a bancada municipal do PSD e a Assembleia Municipal de Óbidos assumem uma posição responsável e construtiva apelando a decisões céleres e estruturantes que garantam o direito à saúde e reforcem a



Assembleia Municipal de Óbidos

6

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

confiança das populações nas instituições públicas. Votar favoravelmente esta moção é assumir com responsabilidade e sentido de dever público a defesa do direito à saúde das legítimas expetativas das populações que representamos.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, interrompeu os trabalhos por 10 minutos por solicitação do Grupo Municipal do Partido Socialista para os seus membros poderem analisar em conjunto o conteúdo da moção.-----

Terminado o período de interrupção da Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Mesa referiu o seguinte: “ voltamos aos nossos trabalhos, e eu, antes disso, queria só alertar para uma correção que foi pedida pelo grupo municipal do PSD, onde está a afirmação “médicos de saúde geral” deve-se ler “médicos de medicina geral”, no final da 1º página. -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, cumprimentou todos os presentes, e desejou votos antecipados de umas boas festas e mencionou o seguinte: “ Relativamente à moção que nos é apresentada pela bancada do PSD, quero dizer que genericamente nós concordamos com ela, naturalmente a saúde é um tema fulcral no nosso concelho e os cuidados que a mesma não vai tendo, por força de não termos médicos e um serviço de saúde a funcionar convenientemente, a todos nos deve incitar a ter estas atitudes e estas moções. Já o nosso Grupo Municipal do PS em várias sedes já fizemos essas referências na Câmara Municipal durante muitas vezes aí instámos, de facto, o Senhor Presidente da Câmara que já na altura era o Presidente a tomar uma atitude um bocadinho mais formal e mais forte, porém foi em sede deste órgão que esta iniciativa foi tomada. E, portanto, ainda que diria que teria sido muito melhor para o órgão que nós nos pudéssemos ter, de alguma forma nos, juntado antes de que a proposta fosse formalizada à mesa para que o texto no fundo refletisse a nossa preocupação conjunta. Bem sei que esta iniciativa também, estes encontros, não são possíveis por questão de tempo e de organização das nossas agendas, mas de facto teria sido útil termos aqui consolidado um texto que representasse de facto todas as nossas preocupações de todas as bancadas. De todo o modo não deixa de ter mérito esta moção que nos é feita, sendo que, a única alteração que a nossa bancada do PS propõe e esperamos que a acolham para de facto ela possa ter um voto favorável e assim ser aprovada por unanimidade, partindo do pressuposto que as outras forças políticas também a subscreverão positivamente e assim ter outro peso, claro, era na página 3 onde está escrito “solicitar celeridade nos procedimentos administrativos necessários por parte da Administração Central e da entidades competentes para que...” e aí poríamos o seguinte “a ULS Óbidos seja uma realidade ao serviço da população do concelho, tão rápida e urgentemente quanto a situação exige”. E porque é que nós pedimos esta substituição. Porque o número 3 da forma como está expresso indica claramente que quer um projeto piloto na USF Modelo C, ora parece-me que esta Assembleia Municipal não se deve pronunciar, a nosso ver e com todo o respeito por opiniões contrárias, qual o Modelo que a ULS deve integrar. Aquilo que nós devemos pugnar é que de facto ela funciona, agora se é com o modelo A, se é com o modelo B, ou modelo C, isso depende da competência do Ministério da Saúde e, portanto, acho que não é de facto a nossa intenção condicionar qual é que é o modelo que deve ser adotado para esta Unidade de Saúde Familiar, mas sim exigir que ela funcione em qualquer dos modelos que existem no ordenamento do Ministério da Saúde. E, portanto, era esta a proposta que nós faríamos



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

para que possamos votar favoravelmente e gostaríamos que ela fosse acolhida”. -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, cumprimentou todos os presentes e desejou votos de boas festas a todos e referiu o seguinte: ” Relativamente à moção que apresentamos, esta moção reflete exatamente uma preocupação que nós temos em matéria da saúde no concelho de Óbidos, e a urgência e a necessidade de dar cumprimento a estas necessidades das nossas populações, muitas das vezes nos leva que a nossa ansiedade e a nossa pressa ultrapassem determinado tipo de conhecimento e determinado tipo de contactos. O nosso valor maior é de realmente a defesa das populações, os seus interesses e obviamente, em matéria de saúde, é uma questão essencial na vida de todos nós. Relativamente à posição do grupo parlamentar do Partido Socialista ficamos muito agradados pelo acolhimento da proposta, também acreditamos que uma proposta, uma moção apresentada por uma Assembleia Municipal tem sempre uma força muito maior, fomos eleitos para defender o interesse de todos e ficamos muito agradados quando realmente existe aqui um interesse por parte de todos. Relativamente à proposta de alteração, ela refere-se designadamente aquilo que é a preocupação da Unidade, o Modelo que vem a se constituir em Óbidos, para nós o propósito e o objetivo é que realmente sejam dadas respostas aquilo que são as nossas necessidades, muitas delas reivindicadas aqui nesta moção, portanto, não veja à partida qualquer problema da nossa parte em aceitar a sugestão que é feita. Portanto, aceitamos a proposta no sentido que ela vai de encontro àquilo que são as melhorias, as reivindicações das necessidades em termos de saúde do nosso concelho, contudo o modelo e o projeto piloto, o modelo USF C esta sim é fundamental que venha a ser uma realidade no concelho de Óbidos. Portanto, aceitamos propostas desde que elas, obviamente, não subvertam aquilo que é e que são estes objetivos maiores que defendemos aqui na nossa moção”.-----

--- O Senhor Deputado Fábio Antunes, cumprimentou todos os presentes e desejou boas festas e disse o seguinte:” Nós também fomos apanhados aqui um bocadinho de surpresa com a moção, mas também concordamos perfeitamente com as necessidades que são latentes aos olhos de todos em relação à saúde, à precariedade da mesma, à falta dos acessos rápidos, do acesso a um médico, é inconcebível estarmos 2 meses há espera ou até quando ligamos para as Unidades de Saúde não sermos encaminhados devidamente, por isso esta moção vai muito em conta aquilo que nós defendemos que é de pessoas para pessoas, por nós, por todos, e então acho que ela está correta. Também concordo com a proposta de melhoria da bancada do Partido Socialista e por isso há pouco mais a acrescentar sobre isso, acho que será unânime”. -----

--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira, referiu o seguinte : “Eu acho que esta proposta de alteração merece alguma discussão e acho que podemos conversar sobre isso, a referência à USF Modelo C, mas acho que merece alguma discussão porque se nós não fizermos referência ao Modelo C e se, por exemplo, o Ministério mantiver a UCSP ou então referir que pode haver a necessidade de formar uma USF Modelo A, isso não acontece por decreto e portanto tem que ser um grupo de médicos a propor a formação do Modelo A e depois cumprir indicadores durante 2 anos até chegar ao Modelo B. Portanto o caminho mais rápido para termos uma Unidade de Saúde Familiar que dê resposta aos obidenses penso que é, pelo menos, falar na possibilidade de iniciar uma USF Modelo C. Será mais fácil criar



Assembleia Municipal de Óbidos

8

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

esse modelo". -----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc, cumprimentou todos os presentes e mencionou o seguinte: "Eu tenho aqui duas notas que são para mim fundamentais, primeiro uma vez que a competência não é nossa não nos compete a nós estarmos a indicar qual é o modelo que se deve aplicar, caberá à Administração Central e ao Governo, através da Administração Central, através dos estudos e de toda a sua atividade assegurar e verificar e, no caso de Óbidos, qual é o modelo a aplicar. Portanto eu penso que é completamente sem sentido, nós é que estamos a sugerir a quem decide que tipo de unidade é que deve vir para aqui. Depois também gostaria que da parte da bancada do PSD explicassem, porque verdadeiramente não percebo, o porquê da escolha do Modelo C, e peço que não façam com siglas porque às vezes as siglas são a melhor linguagem para nós nos escondermos a explicar as coisas. Portanto, qual é a diferença entre o modelo que aqui é indicado e os outros, e porque é que na opinião da bancada do PSD é melhor a C do que as outras. Reforçando mais uma vez que é um bocado inusitado, nós é que estamos a indicar a quem vai decidir, quer dizer, até agora não foi nada feito e nós para ajudarmos vamos dizer "olha vocês não fizeram nada, têm que fazer, mas nós indicamos este modelo", portanto, até parece-me que do ponto de vista diplomático e de gestão diplomática da coisa não parece ser o melhor sentido. E depois, de facto, a palavra bom senso da bancada do PSD, porque de facto para o Partido Socialista a questão da saúde e da educação são verdadeiramente questões suprapartidárias, e tanto são suprapartidárias que nós numa moção que recebemos agora sem ter tempo para a ler em condições pedimos o intervalo para discutir porque temos de facto vontade de a aprovar. Ao contrário, relembro, o PSD noutras situações aqui nesta Assembleia em, pelo menos, duas ocasiões, numa moção sobre a saúde que o Partido Socialista apresentou, nem sequer propuseram alguma alteração e votaram contra, é que nem se abstiveram, votaram contra. Portanto, apelo ao bom senso porque de facto a saúde e a educação são matérias suprapartidárias e tem que haver algum esforço para chegarmos a um consenso. Se pensássemos todos iguais não era necessário haver PSD E PS, e portanto, estaríamos sempre de acordo em tudo. E, portanto, há que limar arestas se de facto têm essa vontade". -----

--- O Senhor Deputado Maldonado Freitas, cumprimentou todos os presentes, dizendo que só para esclarecer este ponto e não é uma questão de irredutibilidade, o que de facto realço é a nossa postura de acolher favoravelmente esta proposta, esta moção, sem qualquer tipo de reticências, embora, como é natural, atendendo até a determinado tipo de divisões, e às posições que nos distinguem nalguns aspetos, sendo que a questão da saúde é para todos nós uma questão fulcral, pertinente e fundamental, que urge já de há muito tempo a esta parte, resolver, seja lá como for e como puder o Governo Central entenda satisfazer essa necessidade de reivindicação e absoluta premência da população do concelho. A única questão aqui que nos pareceu excessiva do ponto de vista do apontar da solução possível. Não tenho qualquer tipo de obstáculo ou reserva mental sequer às parcerias público-privadas, como é óbvio, não me repugna se o Governo Central assim o entender encontre uma solução deste género e que a solução que proponha para a resolução deste problema contemple uma USF Modelo C. A nossa proposta de alteração, não faz sentido eliminar liminarmente a USF Modelo C. Deixava isso ao critério do poder central, como é lógico,



Assembleia Municipal de Óbidos

9

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

porque será ele em última instância que irá decidir e focar-se em vincar a urgência e a premência que a situação exige. Isto parece-nos que é, de facto, o que é importante fazer sentir ao Poder Central, portanto, ao dizermos que a USF de Óbidos seja uma realidade ao serviço da população do concelho, tão rapidamente e urgentemente quando a situação exige, é de facto uma forma de explicitar ao Governo Central a nossa preocupação com a situação de facto, não quero adjetivar, que é terrível neste concelho como nós bem sabemos. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, cumprimentou todos os presentes, dizendo que a Vereadora Soraia Saramago encontra-se ausente por motivos de saúde. Relativamente à moção aqui apresentada pela bancada do Partido Social Democrata, queria dizer aqui várias coisas. “Eu acho que, temos que parabenizar na pessoa da Senhora Deputada Luana, a apresentação desta moção que, revela, antes de mais proatividade naquilo que é narrado ou que há aqui uma narrativa que é importante para todos, mas que é verdade que alguns tomaram a iniciativa e, portanto, queria aqui enaltecer a iniciativa tomada pela bancada do Partido Social Democrata. A saúde é importante e nós criamos alguma condicionante ou querermos limitar com base naquilo que está diria bem explícito na moção, mas que pode ficar mais claro ainda, entendo isso, agora estarmos a ir buscar esqueletos ao armário e de quem é que aprovou, quem é que não aprovou, relativamente ao passado, acho que isso não nos trás futuro nenhum no presente que estamos a tomar. Dar aqui algumas notas relativamente à questão desta mesma moção e eu acho que tenho que relembrar uma vez mais neste órgão, que o auto de transferência de competências que permitiu ao Estado encaixar cerca de 713 milhões de euros com a data limite em maio de 2024, foi de facto conquistada aqui um conjunto de mais valias nesta negociação que houve há data com a ARS e com a Secretaria de Estado para a gestão da saúde com este município, onde entre muitas mais valias para o concelho, desde a questão dos equipamentos complementares de diagnóstico, no âmbito do PRR, que virão para o nosso centro de saúde, as duas viaturas que conseguimos colher para as deslocações dentro do nosso território, mas indo diretamente ao assunto Óbidos foi um dos cinco projetos pilotos das USF Modelo C, Unidade de Saúde Familiar Modelo C-Parceria Público-privada. Porque é importante esta USF Modelo C? Porque nos permite resolver o problema no curto espaço de tempo através de uma entidade privada que vem prestar serviço público à nossa comunidade, é só isto. Ninguém exige aqui que a USF Modelo C venha para ficar. Agora, foram lançados 600 vagas para médicos de medicina geral e familiar, quero dizer-vos que 8 estão previstas para o Oeste e eventualmente podem vir 2, 2 ínfimas vagas para a necessidade à data de 7, mas com o crescimento demográfico acredito que precisemos de 8 médicos de medicina geral e familiar para o nosso território, não permite de modo algum constituir uma equipa para, como dizia o Senhor Deputado Miguel Oliveira, constituirmos a Unidade de Saúde Familiar Modelo A para podermos passar para Modelo B. Portanto, eu aceito, não tenho eu que aceitar porque não serei eu que o farei, que o facto de termos esta menção ao USF Modelo C possa ser melhorada no sentido de, para já a USF Modelo C, mas o objetivo é efetivamente termos uma USF Modelo A para passar rapidamente para B, porque é isso que nos vai dar a garantia efetiva de médicos presentes no nosso território para cuidar dos utentes que necessitamos. E este processo está em marcha e tive a



Assembleia Municipal de Óbidos

10

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

oportunidade de receber essa informação, que partilhei ontem ao final do dia com o executivo em funções, estamos a falar de 3 milhões 148 mil euros para os próximos 5 anos onde foram finalmente aprovadas e que vai ser lançado o concurso para a próxima semana. Agora dizemos “não, não, não, agora vamos reivindicar isto, deixe lá o governo trazer aquilo que efetivamente nós queremos ter no futuro e agora esqueçam lá a USF Modelo C”. Eu acho que podemos fazer a menção que, para já foi um bom ganho conseguirmos lançar a concurso a USF Modelo C, mas queremos reivindicar naturalmente aquilo para que pretendemos que é uma USF Modelo B, para isso temos que passar ainda pela fase do Modelo A. Mas acima de tudo queria aqui reforçar a importância que efetivamente se dá à saúde e a proatividade que tem havido em relação, naturalmente que está aqui bem expressa, também nesta moção, e para já queria dar estas notas que, discordo da Senhora Deputada Anabela Blanc, apesar da competência não ser nossa, há muitas competências que não são nossas e nós continuamos a reivindicá-las a bem da nossa população, é isso que nos importa, é o bem comum da nossa população, portanto, mesmo que essa competência não seja nossa nós temos o dever, temos a obrigatoriedade de reivindicar as melhores condições para os nossos municípios no nosso território.” -----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc referiu:” Eu devo dizer que independentemente da bondade, as explicações que acabamos de assistir são verdadeiramente extraordinárias. Porque o PSD, não é a Câmara, no órgão que é a Assembleia Municipal. É apresentada uma moção que nós já percebemos de quem é que foi a ideia, e de quem é que foi a sua autoria. O Senhor Presidente da Câmara fica ali não é por acaso, está onde está porque não faz parte da mesa. Portanto, isto é para ser discutido e posto à aprovação da Assembleia Municipal, com esclarecimentos eventuais, que nós membros da bancada ou do PS, ou do PSD ou do Chega, solicitamos ao Senhor Presidente, e o que aconteceu aqui, que é extraordinário, foi que foi o Senhor Presidente da Câmara que esteve a defender a moção do PSD. O Senhor Presidente da Câmara aqui não é o Presidente do PSD, nem é presidente dos municípios que votaram no PSD, é presidente de todos os municípios, portanto, isto é verdadeiramente extraordinário. O Senhor Presidente da Câmara esteve aqui a defender a moção apresentada pelo PSD na Assembleia Municipal. Agradecendo de qualquer forma o esclarecimento, mas não é isso que está em causa, é desvirtuar completamente o funcionamento da Assembleia Municipal, porque em teoria os membros da bancada são independentes do presidente da câmara, e são independentes em relação ao funcionamento do resto, não tem que ser, embora aconteça em grosso modo em todo lado, as propostas apresentadas pela Câmara sejam votadas favoravelmente pelo partido que a suporta. Agora uma moção apresentada por um partido? Desculpem lá! Isto é completamente desvirtuar o funcionamento de um órgão que é a Assembleia Municipal, o qual eu não posso concordar e nem posso ficar calada. Sem prejuízo da bondade ou dos esclarecimentos que são prestados, mas quem tem que esclarecer é a bancada do PSD, não é o Senhor Presidente da Câmara que o tem que o fazer.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia interveio para referir que : “A Senhora Deputada tirou algumas ilações que não sabe se correspondem à verdade. São suas e daí eu ter ouvido com muita atenção, como sempre merecem as intervenções dos Senhores Deputados, quer sejam do PSD, do PS ou do Chega. O Senhor Presidente da Câmara tem



Assembleia Municipal de Óbidos

11

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

intervido, como é hábito, em todos os assuntos que é para intervir, nunca o limitamos e, se fizer uma “ flashback”, houve ao longo dos meus últimos 12 quer como primeiro secretário quer como presidente da mesa várias moções e o Senhor Presidente da Câmara, quer fosse Humberto Marques, quer fosse o atual, pronunciou-se e nessas alturas os senhores não levantaram qualquer questão. ----- --- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse: “A Senhora Deputada Anabela Blanc fez aqui referências sobre acontecimentos passados noutras assembleias, já há muitos anos que não faço parte deste órgão, há alguns episódios que terão acontecido e muito provavelmente alguns episódios não terão corrido bem à Senhora Deputada. A Senhora Deputada utilizou o termo correto, é extraordinário, é extraordinário a intervenção que acaba de fazer, é extraoirdinário as considerações que faz, não só à condução dos trabalhos do Presidente da Assembleia, é extraordinário a consideração que faz ao facto de a Luana ter apresentado e construído esta moção, é extraordinário que a Senhora Deputada considere como a intervenção do Senhor Presidente da Câmara que ele está ali, e não está ali por acaso, porque o Senhor Presidente lhe deu a palavra, é extraordinário que a Senhora Deputada faça considerações sobre moções apresentadas por esta bancada. Esta bancada, como a vossa, como outras bancadas aqui presentes têm a liberdade total para apresentarem as moções que considerarem, têm a liberdade total de as partilharem, antes ou não, com todas as bancadas e sou membro desta Assembleia, esta é a 2ª Assembleia que realizamos e quer na primeira quer nesta, tive a oportunidade de partilhar alguns pontos com o Senhor Deputado Maldonado Freitas, tive a consideração e o respeito de partilhar aquilo que era a nossa vontade, aquilo que eram as nossas intenções, fi-lo, continuei a fazê-lo, porque é a forma como eu me revejo nesta representação enquanto deputado municipal. Com isto tudo, para resumir, antes de passar aqui a palavra ao meu colega de bancada, só para concluir o seguinte, o tempo que nós estamos a perder com questões de facto, esquecemos o conteúdo, revela bem quem é que está preocupado em defender resolver os problemas da nossa terra ou os problemas político partidários, vê-se bem quem é que está preocupado em resolver os problemas das pessoas que estão lá fora que há anos que não têm médico de família e que têm outras carências ao nível da saúde, está bem presente quem é que apresenta moções e tem essas preocupações na sua agenda e quem não tem.” ----- --- O Senhor Deputado Miguel Oliveira referiu o seguinte: “Eu poderia esclarecer aqui algumas questões, mas parece-me que talvez não seja a altura certa, eu acho é que temos que ser pragmáticos e perceber se esta moção é para ser aprovada ou não, e pensar nos superiores interesses dos obidenses, e realmente como o Ricardo acabou de falar, vamos estar aqui a falar em fórmula ou vamos falar da substância? O que é que nos interessa aqui para Óbidos?” ----- --- O Senhor Deputado Fábio Antunes pediu a palavra e disse o seguinte :”O que quero dizer em relação a isto, nem me vou debater sobre os assuntos que foram aqui falados agora que não interessam, quero focar-me só naquilo que é a moção e pode ser uma tentativa de resolução para os problemas do concelho e por isso quero valorizar os esclarecimentos que nos foram dados, que entendemos, percebemos e aceitamos, e, claramente, que o nosso voto será favorável a esta moção”. -----



Assembleia Municipal de Óbidos

12

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse “ tentando ser pragmática que de facto é aquilo que importa, nós fizemos uma sugestão relativamente ao ponto na folha nº 3 que aparentemente foi acolhida inicialmente. Quando eu fiz a intervenção, logo de seguida o membro desta assembleia Ricardo Ribeiro disse que não havia qualquer obstáculo a que ela fosse acolhida, porém, no decurso da sua intervenção houve ali um sussurro do colega do lado e, portanto, pareceu-me que estava a voltar para trás. Está tudo bem! Eu só estou a tentar constatar, ver se isto fica fechado. E, portanto, eu não percebi, honestamente, tendo em conta todos os acontecimentos subsequentes que aqui aconteceram, qual é que é a redação final. Se de facto não acolhem a nossa sugestão, ou se mantêm o texto exatamente como está. Se ainda assim, perante a nossa sugestão e a premência de quererem aqui o Modelo C incluído, nós conseguimos encontrar aqui uma forma de redação que não o determinem concreto, mas que possa apontar de alguma forma mais genérica para que nós possamos de facto aprovar a moção em unanimidade. Dito isto, é uma questão que devolvo à bancada do PSD para que me esclareça, não posso deixar de referir que de facto este incidente que aqui aconteceu nada dignifica o órgão e de facto todas as pessoas são chamadas, e devem colaborar, e participar nas discussões que estão aqui em apreço, tanto mais quando ela é aquela que é a Saúde como todos nós já dissemos, é importante, senão uma das áreas mais importante do nosso concelho. Agora, também têm que perceber que perante uma moção que é apresentada por um partido aquilo que a nossa bancada, esperaria era que o Senhor Presidente da Câmara ficasse isento de se pronunciar sobre ela, porque se houve intenção por parte do Presidente da Câmara de trazer ao órgão algo similar e propor ao órgão e, aí sim, com toda a legitimidade para intervir, teria sido ela a fazer uma proposta, aprovada por órgão Câmara por maioria ou por unanimidade e trazê-la à Assembleia. É óbvio que nada retira a liberdade de intervenção, a questão é que de facto, diria eu, perante a proposta de uma bancada PSD, ou PS ou aquela que fosse, que não tivesse feito os comentários que fez porque acho que não abona a favor da própria isenção do Órgão Assembleia Municipal, e creio que foi um pouco isto que a Deputada Anabela Blanc tentou fazer referência, não tendo sido indigitada para ser advogada de defesa dela, mas às vezes as conversas nem sempre são claras. E, portanto, dizer ao membro da Assembleia Municipal Ricardo Ribeiro que sim, reconhecemos de facto a vossa interação connosco já na assembleia Municipal e que por meu lapso não agradeci esse contacto que houve, com toda a certeza que tem havido essa diplomacia da vossa parte e que nós reconhecemos e agradecemos, mas também não posso deixar de lhe dizer que não é só na vossa bancada e na sua pessoa que reside este interesse quanto à saúde e quanto aos grandes problemas do nosso concelho, portanto, ela é repartida entre vós e nós e, portanto, também dizer que foi exatamente para não denotar e não ligar o Presidente ao Partido, que a Anabela Blanc fez a referência que fez. Portanto, reitero a minha conversa inicial que é aquela que é essencial, conseguimos consolidar ou não aqui o nº 3 para ver se conseguimos fazer isso tudo. “-----

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e referiu o seguinte: “ Acho que isto esta mais que pensado, e não tenho que naturalmente estar a voltar a justificar, mas parece-me que não ficou claro quando eu digo que eu até aceito, até aceito o discurso, eu não estou aqui para aceitar nada, não queiram converter aquilo que eu quis dizer da forma que



Assembleia Municipal de Óbidos

13

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

vocês quiseram interpretar, eu até aceito o discurso. Eu estou aqui para defender a saúde e este ponto, para mim, pelo aquilo que foi aqui apresentado que é de parte a parte, acho que estamos, com todo o tempo que este assunto merece, a perder tempo, muito sinceramente, esta é uma opinião pessoal em relação a isto, mas aquilo que eu até aceito é o discurso em relação a esta matéria, o Presidente da Mesa da Assembleia é o professor Fernando Jorge, que questionou se eu queria intervir e a minha intervenção foi nesse sentido, mas não precisava de me estar aqui a justificar em relação a isto, mas para clarificar”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, disse para esclarecer: “ enquanto eu for Presidente da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara tem sempre a oportunidade de intervir nos assuntos que eu achar que deva intervir, foi sempre essa a minha postura como sabem mesmo quando fazia já as Assembleias municipais como 1º Secretário, foi sempre essa postura. Foi há 8 anos, foi há 4 anos e foi agora, e não mereceu a contestação do eleitorado do povo de Óbidos, pelo contrário, mereceu um reforço muito grande por parte do eleitorado do PSD em Óbidos. É só para vos lembrar que na verdade não estamos a fazer nada daquilo que não tenhamos feito no passado”. -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse:” Relativamente ao assunto que nos trás aqui que é esta moção e a proposta que foi formulada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, a não indicação do Modelo a indicar, tem um conjunto de considerações e o facto de este ponto ter causado qui alguma celeuma, inclusive entre nós, é prova provada que este documento foi construído pela própria bancada e pela visão que existe sobre a resolução deste problema, contudo, acolhemos a proposta do Partido Socialista naquilo que foi a formalização, sendo que, estamos a ouvir, não estamos a ler, temos que estar a interpretar, temos que estar a considerar, não é a mesma coisa, como compreenderão. Aquilo que nós queremos efetivamente, e ganhando tempo, é que este documento chegue a quem de direito e com o espetro mais alargado possível para que possa surtir efeito no futuro para as nossas populações”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia para concluir disse: “Reformulando o ponto em questão considerando a proposta do Partido Socialista a redação do mesmo fica da seguinte forma :Solicitar a celeridade nos procedimentos administrativos necessários por parte da Administração Central e das entidades competentes para que a USF de Óbidos seja uma realidade ao serviço da população do concelho, tão rápida e urgentemente quanto a situação exige, devendo ser adotado um modelo de funcionamento que melhor dê resposta, incluindo a possibilidade de solução Modelo C”-----

--- Após a concordância por parte de todos os grupos municipais do novo texto passou-se à votação da moção que será enviada pelos serviços da Assembleia Municipal para as entidades referidas, Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro, à Excelentíssima Senhora Ministra da Saúde, à Comunidade Intermunicipal do Oeste, à Presidência da República e aos grupos parlamentares da Assembleia da República. -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posta pelo Senhor Presidente da Mesa a Moção à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----***

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade. -----***

--- Continuando no ponto Antes da Ordem do Dia a Senhora Deputada Ana Sousa, disse: “



Assembleia Municipal de Óbidos

14

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

Relativamente às atas da reunião, nós estivemos hoje a aprovar uma ata que foi do mandato passado. Hoje tivemos aqui nesta sessão e não temos a ata da sessão passada e aquilo que eu queria pedir ao Senhor Presidente, era a sua diligência e o seu cuidado no sentido de nós podermos ter, de facto, na sessão seguinte a ata da sessão anterior para darmos cumprimento aquilo que são as regras do código de procedimento administrativo e todas estas nossas normas e porque não se justifica, diria eu, que sendo as nossas sessões tão espaçadas de facto as atas não sejam aprovadas na sessão seguinte, portanto era pedir-lhe, de facto, as suas diligências e o seu cuidado nesse sentido. Depois parece-me, sei que não é hábito aqui, porque já acompanho há 16 anos as Assembleias Municipais, já fiz parte, a aprovação das atas fazer parte da ordem de trabalhos, eu sei que é uma formalidade, mas parece-me que esta formalidade faz sentido. Já tinha feito esta referência no órgão executivo, que nunca foi acolhido, mas parece-me que este mandato está a ser acolhido e, portanto, as atas fazem parte da ordem de trabalhos das reuniões da Câmara e, portanto, eu diria que seria de bom tom nós fazermos o mesmo, não porque me apetece, mas porque faz sentido que assim seja. Depois também queria fazer uma proposta a esta Assembleia Municipal e nomeadamente ao Senhor Presidente que é quem conduz, e, portanto, se estiver do meu lado eu sei que nós vamos conseguir, se estiver contra mim se calhar vai ser um bocadinho pior, que é uma prática que é corrente quase em todos os nossos municípios, nos nossos concelhos em Portugal, é de que haja uma transmissão online das nossas Assembleias Municipais, portanto, é essa uma proposta que lhe faço, acho que faz todo o sentido ainda mais num concelho que se diz ser tecnológico, de inovação, de comunicação, onde o órgão executivo tem facebook, sempre nas redes sociais, não me parece que nós não possamos ter as nossas Assembleias Municipais transmitidas online. É uma questão de vontade e se ela não for acolhida, diria, que seria um bocadinho de má vontade. Portanto é uma sugestão que deixo, para que rapidamente nós possamos pô-la em prática. Não deixar cair a lembrança que fiz relativamente às nossas condições das nossas sessões, também sei que disse que esta próxima seria aqui, é só para não cair em esquecimento. E depois, uma última questão ao Senhor Presidente da Câmara e que vem um bocadinho da sequência de tudo o que falamos na área da saúde, que é quanto ao plano de saúde para 2026 que não parece vir aqui muito espalhado nos documentos que depois vamos apreciar no decurso da sessão. Portanto, seriam estas, a maior parte delas dirigidas ao Senhor Presidente da Assembleia, que tem a ver com o funcionamento do órgão, e esta questão para o Senhor Presidente da Câmara, se nos pode dar informação sobre o plano de saúde para o ano 2026". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, seguindo o seu critério de responder às questões que lhe são colocadas antes de passar para a nova intervenção que será do Senhor Deputado José Marques disse o seguinte: "Aquilo que quero dizer relativamente à questão das atas, normalmente vai acontecer, portanto, a ata ser apreciada na sessão seguinte porque há um espaçamento entre uma reunião e outra cerca de 2 meses, desta vez nós não tivemos nem 1 mês, daí não termos a ata pronta só por isso, portanto, aquilo que tem sido o nosso hábito, com a exceção de quando se passa de um mandato para outro, é na verdade ser apreciada na sessão seguinte, a não ser que haja uma extraordinária pelo meio e impeça isto, e essa extraordinária na verdade não passou ainda 1 mês e, portanto, não



Assembleia Municipal de Óbidos		15
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

deu a oportunidade de passar pelas diversas fases de elaboração da ata antes de chegar aqui passa por diversos démarches, passa por quem a faz, passa depois pela mesa, que vai voltar de novo a lê-la, em caso de dúvida passa pela audição da própria gravação e portanto, a mediação de 2 meses permite que, naturalmente, nós tenhamos a ata na sessão seguinte e vai ser assim o nosso objetivo. Quanto à questão de constar na ordem de trabalhos a apreciação e aprovação das atas, nunca constou, mas também não vejo qualquer obstáculo que isso conste, mais um ponto menos um ponto, apesar do ponto do contexto geral o nosso regulamento e regimento apontam para que as atas sejam aprovadas no período antes da ordem do dia, ora sendo no período da ordem do dia, será possível o se nós alterarmos o regimento, e já vos digo que haverá uma proposta de regimento a apresentar pela mesa, eventualmente, o mais tardar na sessão de fevereiro, ou eventualmente abril, algumas alterações que nós iremos propor e colocar à discussão dos respetivos membros desta assembleia. Neste momento aquilo que o regimento aponta é que as atas sejam aprovadas no período antes da ordem do dia, portanto, há que equacionar isso como uma possível alteração ao regimento, que neste momento não contempla essa situação. Quanto à questão de ser online, portanto, isso é uma discussão que nós teremos que ter e serão vocês a decidir, portanto, ou seja, serão os deputados municipais que decidirão se querem ou não transmissão online, equacionando os prós, os contras e, efetivamente, tudo aquilo que está subjacente à respetiva transmissão online. O Presidente da Assembleia Municipal não faz questão nenhuma nem trava aquilo que os Senhores Deputados decidirem nessa Sessão. A questão poderá ser falada na altura da discussão do próprio regimento, isto terá que ter uma alteração regimental, portanto, a decisão será dos Senhores Deputados Municipais e da maioria dos Deputados Municipais desta casa que decidirão se queremos ou não. A voz é dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, que na altura que tivermos a oportunidade de discutirmos isso, e eu procurarei incluir numa ordem de trabalhos mais pequena, porque sei que isto vai dar alguma discussão e vamos perder algum tempo e, portanto, será numa reunião mais pequena para que tenhamos tempo para discutir isso, até nos pormenores que estão subjacentes à transmissão online. Portanto, as três situações que me colocou, quanto à questão não me esqueci, provavelmente em fevereiro terão a oportunidade de ver já a alteração que nós teremos relativamente ao funcionamento da própria assembleia. Eu disse que esta seria aqui, porque há muito tempo já estava marcada e não quis, naturalmente, faltar à palavra de quem marcou o auditório, provavelmente até evitando que outras pessoas pudessem estar aqui hoje e agora. Portanto, eram as respostas que eu tinha, e esperemos, pelo tempo, que nos irá dar informações sobre, em muito, que a Deputada referiu". -----

--- O Senhor Deputado José Marques, cumprimentou todos os presentes e disse: "A minha proposta no fundo , tem a ver com um tema que penso que é transversal a todos que é a segurança no concelho e a salubridade em especial também, e que de alguma maneira é um ponto de honra deste grupo parlamentar e da minha pessoa em especial, sempre ligada a temas da segurança de munícipes, pessoas e bens. Faria aqui um ponto de situação, como os senhores se têm apercebido, este outono tem sido extremamente pluvioso, o que é que ocorre que naturalmente é preciso fazer um apelo a quem de direito, nomeadamente



Assembleia Municipal de Óbidos

16

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

ao poder municipal e às suas respetivas juntas de freguesia, no sentido de serem tomadas medidas preventivas e, eventualmente, medidas corretivas, no sentido de garantir a maior capacidade de resposta dos sumidouros de água pluviais, a limpeza de zonas de bermas, de caminhos e de estradas que, normalmente, devido a acumulação de terra possam, quando chove em abundância, por em causa a segurança de pessoas, viaturas e que possa causar danos irreparáveis, seja a quem já reside, seja a quem passa e nos visita. E, naturalmente, é um ponto que me parece que temos que ter sempre em atenção, nomeadamente nos eventos de elevada visibilidade, como é o caso que está a ocorrer, que nós tenhamos garantido as condições de segurança para quem nos visita, seja aqui na vila, seja em todo o concelho, naturalmente, aqueles que vivem no seu dia a dia também têm que ser salvaguardados nestas questões. Portanto é um apelo que eu faço a nível municipal, a nível das nossas juntas de freguesia que tentem, por ventura, manter estas condições minimamente aceitáveis e, eventualmente, até um sinal de trânsito que possa ter caído, que possa ser importante para as pessoas poderem ter, quem não conhece os caminhos, uma sinalização atempada para evitar qualquer acidente. Relativamente a salubridade, como vocês sabem da experiência de anos anteriores, nas épocas festivas, nomeadamente no Natal que está à porta, acontece uma sobrecarga de material reciclável, de lixo, que muitas das vezes, atendendo aos feriados, atendendo às tolerâncias de ponto, fazem com que haja uma maior dificuldade dos serviços respetivos de recolha, seja de material reciclável, seja do lixo diferenciado, e o que acontece é que começamos a ter cenários de degradação à volta dos pontos de recolha. Penso que era útil através dos canais que nós temos à nossa disposição, fazer um apelo aos nossos munícipes, que façam uma boa gestão do lixo que têm que naturalmente depositar e que, em relação ao material reciclável, nomeadamente o papel, as encomendas dos presentes que nesta altura atingem um número muito considerável, que tenham o cuidado de fazer aquilo que é pedido, que é dobrá-lo, depois colocá-lo nos respetivos contentores de papel. Nós temos o direito e a obrigação de manter o nosso município, manter o nosso concelho, manter as nossas freguesias com o melhor aspeto possível, e temos que sensibilizar quem cá vive, temos que sensibilizar quem usa a melhor e a boa prática da disposição dos lixos seja de que forma for. De modo que, acho que era importante haver uma mensagem, mais uma vez a sensibilizar os utentes daquilo que é necessário fazer, para evitarmos imagens de terceiro mundo que ocorrem normalmente nestas épocas festivas". -----

--- A Senhora Deputada Ilda Cruz, cumprimentou todos os presentes, disse que a minha intervenção visa congratular o município na pessoa do Senhor Presidente pela estratégia que visa a expansão da promoção turística, por mares nunca antes navegados, como foi a recente participação do município de Óbidos no Catar Travel Mart, realizada no passado mês de novembro, uma das principais feiras internacionais dedicadas à promoção da indústria global de viagens e turismo, com cerca de 12 mil visitantes em 3 dias, a participação teve como objetivo direcionar o destino e promover Óbidos tendo como referência o seu património histórico natural, riqueza cultural e a autenticidade das experiências, foi uma presença que constituiu, sem dúvida, uma oportunidade de mostrar a notoriedade de Óbidos a mercados emergentes e oportunidades de negócio turístico e de outras formas de investimento. Ainda este ano esteve representado na Swiss Internacional



Assembleia Municipal de Óbidos

17

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

Holiday em Lugano na Suíça. No próximo ano seguem-se outras iniciativas promocionais, tais como, a presença em janeiro na FITUR Madrid, em março na Best Travel Tourism Market em Lisboa, portanto, isto só mostra dinamismo numa área que representa uma atividade muito importante no concelho e que é de louvar e de enaltecer esta nova abordagem turística que eu acho que Óbidos merece e todos nós. -----

--- O Senhor Presidente da Junta Hélder Mesquita, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo “que no Olho Marinho vamos fazer o mercado de Natal, agora no próximo fim de semana, 20 e 21, e penso que já todos receberam o convite por email, mas isto como sei que muitas vezes é complicado, são muitos emails e muito trabalho para ver, eu decidi, como estamos numa altura próxima do Natal, imprimir uns convites com umas palavrinhas para todos vós e que pedia que se pudesse distribuir isto por todos e desejar a todos um bom Natal”. -----

--- O Senhor Deputado Miguel Oliveira, disse “que queria apenas assinalar aqui uma data muito importante para Óbidos, dar os parabéns ao município de Óbidos, ao atual e aos anteriores executivos do município, às atuais e anteriores administrações da Óbidos Criativa e todos os decoradores e a todas as pessoas que têm de algum modo contribuído para que Óbidos se tornasse numa das mais interessantes cidades criativas da literatura da UNESCO. Portanto, 10 anos são sinal de maturidade, de uma enorme responsabilidade, mas também, de uma competência que deve orgulhar todos os obidenses. Óbidos construiu um percurso brilhante na valorização da cultura como fator de desenvolvimento local, atingindo uma projeção nacional e internacional em que o expoente máximo tem sido o Festival Literário Internacional de Óbidos, teve uma 10ª edição brilhante, e portanto, dar os parabéns a Óbidos e a todos os Obidenses”. -----

--- O Senhor Deputado Vítor Rodrigues, cumprimentou todos os presentes, dizendo” que normalmente eu costumava fazer estas intervenções na Câmara quando tinha oportunidade, agora não estou lá faço-as aqui, já que tenho a oportunidade de estar aqui, e contrariamente, e tenho pena depois de tudo que se ouviu sobre Óbidos, que sem dúvida congratulo a nossa representação no Qatar, os 10 anos de cidade criativa, eu venho chamar a atenção para uma estrada que precisa de alcatrão e que já tem umas marcas de pontos de marcação para a sinalização horizontal e necessitava de outra intervenção. Eu faço esta intervenção porque de facto falei várias vezes sobre esta estrada, estamos a falar da estrada Manuel Teotónio e da Capeleira junto uma à outra, é aquela que frequento mais vezes e de facto, gostei imenso de ver que foi marcada ou foram colocados os pontos para iniciar a marcação da estrada, é pena é ela precisar de alcatrão. Se a gente vai marcar aquilo e tem os buracos todos lá na mesma, penso que a população não estará a ser servida da melhor forma, apesar da marcação ser extremamente urgente há muitos anos que venho a chamar a atenção para isso. Portanto deixo aqui aberto, se calhar uma questão mais direta ao Senhor Presidente. Fica esta ideia.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção dizendo :” que antes de mais, quero agradecer às Senhoras e Senhores Deputados pelas questões que me permitem de alguma forma dar nota daquilo que são as vossas e nossas preocupações, e volto aqui a reforçar as vossas que são as nossas preocupações. Relativamente à questão que me é colocada pela Senhora Deputada Ana Sousa, em matéria do plano de saúde nós vamos



Assembleia Municipal de Óbidos

18

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

para o 3º ano onde a implementação do plano Óbidos Mais Saúde visa mitigar, acima de tudo, e ser complementar aquilo que é a ausência que falamos há pouco na moção, de cuidados de medicina geral e familiar no nosso território, portanto, tivemos que ter esta resposta, um investimento substantivo, mas um investimento nas pessoas e, portanto, para os cuidados que elas necessitam, a nossa pirâmide demográfica não é por estar mais envelhecida que nos merece maior cuidado, mas acima de tudo há uma maior predisposição para as pessoas com mais idade necessitarem destes cuidados. E, portanto, aquilo que nós estamos a fazer e queria aqui voltar um pouco atrás à questão daquilo que vos vou dizer de seguida, nós temos estado aqui a avaliar a par e passo, diria com a Unidade Local de Saúde (ULS) do Oeste com a Doutora Elsa Baião e com o restante conselho diretivo, porque as indicações que nós tínhamos era que assim que fossem assinadas por parte do Ministério as plurianualidades que falei há pouco, os cerca de 3 milhões 148 mil euros, este processo avançaria rapidamente. E o facto de este processo avançar rapidamente, e tive a constatação porque perguntei à Doutora Elsa Baião se ainda havia manifestação de interesse por parte de empresas neste concurso, e ela disse-me que sim, garantiu-me que sim, as empresas mantêm este interesse, e mantêm o interesse porque já há um espaço que foi visitado, que é o nosso centro de saúde, que tem todas as condições, que foi requalificado como sabem há relativamente pouco tempo, também fruto da nossa insistência ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, obra de mais de meio milhão de euros, onde esta empresa verificou e constatou que há condições para os seus profissionais poderem dignamente receber também dignamente os nossos utentes. E, portanto, este era um processo para nós importante, como vos disse há pouco, durante a próxima semana será lançado o concurso, este é um concurso internacional pelo montante que vos falava há pouco, portanto, vai demorar algum tempo, estamos a falar, em princípio e se tudo correr bem, que as coisas estejam resolvidas em abril. Porque é que estou a fazer este preâmbulo em relação à questão do plano de saúde? Porque, e falamos isto no órgão deliberativo, o valor que nós temos alocado para o plano de saúde são 220 mil euros para 2026, mas que pode e eventualmente será reforçado, mas aquilo que nós queremos é ampliar a nossa resposta em relação aquilo que é a obrigação do Sistema Nacional de Saúde. O que é que quero dizer com isto? O que nós vamos fazer é, ou reduzir o período do âmbito do plano Óbidos Mais Saúde mantendo este valor, ou seja, dando uma resposta ainda mais eficaz do que aquilo que ela tem sido, utilizando depois a questão da USF Modelo C, eventualmente nas zonas mais afastadas do centro do nosso concelho, mais afastadas do centro de saúde, podermos dar esta resposta complementar, ou, eventualmente, reforçarmos mesmo o valor porque temos verba para o podermos utilizar, mas estávamos aqui nesta indefinição. Dar-vos também nota que é preciso, fruto desta espera que nós temos tido para otimizar bem os dinheiros públicos, prorrogarmos este prazo do que está em vigor, aliás como fizemos em 2024 para 2025, vamos ter que prorrogar de alguma forma este plano Óbidos mais Saúde, eu diria por mais cerca de 60 dias para que o concurso, que é um concurso também ele público, que tem que cumprir naturalmente todas as regras da administração pública, do código de contratos públicos, para podermos continuar a dar esta resposta, mas acima de tudo, queria-vos aqui reforçar que nós tivemos aqui alguma indefinição, indefinição também por parte do Ministério da



Assembleia Municipal de Óbidos

19

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

Saúde, e nomeadamente a Secretaria de Estado para gestão da saúde, que teve que, após o seu parecer deliberativo, enviar para o Ministério das Finanças para cabimentar este valor. E era este o ponto de situação, naturalmente que tudo aquilo que for necessário da nossa parte, seja do ponto de vista do investimento, seja do ponto de vista da otimização deste mesmo investimento, nós estamos cá para continuarmos a dar essa resposta à nossa população. Isto em relação à questão da Senhora Deputada Ana Sousa. -----

--- Relativamente á questão colocada de preocupação, naturalmente, com a segurança e salubridade pelo Deputado Senhor Manuel Marques, nós temos várias formas de trabalhar esta relação com a questão, e estamos a passar o tempo difícil diria do ponto de vista operacional, esta chuva intensa, este período constante de precipitação, onde os solos já estão há muitas semanas saturados, tem-nos criado aqui algumas dificuldades, alguma destruição inclusive de estradas, onde a água pela sua força não tem canais das passagens hidráulicas em quantidade suficiente que possa passar nesta medida, que rasgou algumas estradas. Naturalmente os presidentes de junta têm sido aqui elementos fundamentais na resposta auxiliar que tem sido colocada à sua população, há aqui uma relação muito próxima, muito direta com os mesmos, naquilo que são as nossas medidas de mitigação, não era preciso dizer que é necessário limpar as folhas no início do inverno, porque isso é uma preocupação que vem de um passado recente, mas é sempre bom naturalmente reforçá-lo, e aquilo que nós fazemos é, seja no nosso site com os avisos à população, seja do ponto de vista meteorológico, seja naturalmente também das medidas a ter em relação a estas matérias, nós temos também canais de redes sociais onde constantemente estamos a lançar os alertas em função daquilo que vai ser a previsão da precipitação. Mas estamos a falar de precipitação, como podemos falar da própria intensidade do vento que muita das vezes coloca, algumas árvores que estão junto das bermas da rede viária e que tem sido necessária e imperativa também esta intervenção conjunta com as 3 principais entidades que, do ponto de vista da proteção civil, tem atuado, a Câmara, a Junta de Freguesia e a própria Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Óbidos, que têm havido aqui uma participação também bastante importante, e naturalmente dá aqui assim um papel de enorme sensibilização nesta matéria. -----

--- Agradecer também a referência à nossa presença num país onde habitualmente não estávamos na promoção turística, onde não estivemos, e também fizemos esse estudo para perceber se efetivamente era importante para Óbidos marcar presença no Qatar, onde de resto fomos campeões do mundo de sub-17 também no período onde a nossa comitiva esteve a fazer esta promoção turística e advém, naturalmente, de duas dimensões, nós queremos por um lado promover o nosso território para atrair turistas para o nosso território, mas também queremos por outro lado atrair investidores para o concelho de Óbidos, só assim conseguimos atrair empresas, fixar empresas, gerar postos de trabalho, diferenciados muita das vezes. E aquilo que foi uma constante natural, nesta presença no Catar, como foi partilhado quer pela Bertina Pinheiro, quer pelo Nuno Santos foi que os catarianos ficaram, diria, extasiados com a nossa qualidade natural e ambiental do nosso património, para quem está muito habituado a ver deserto, a nossa lagoa, o nosso património verde, foi de facto bastante importante. E dar-vos aqui uma nota também que me parece importante é que, dizia a Bertina, “Presidente, temos aqui imensos contactos



Assembleia Municipal de Óbidos

20

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

para partilhar com o Turismo do Centro, para partilhar com o Turismo de Portugal” e de alguma forma fizemos um trabalho, diria, em prol do concelho de Óbidos, e para isso é que estamos legitimados e para isso é que estamos a investir, mas também ao nível da região e ao nível do país, e, portanto, queremos também, e fizemos esta referência que nós vamos naturalmente entregar os contactos, solicitados pelos vários intervenientes, mas também é bom que o Turismo de Portugal e o Turismo do Centro se lembrem que o trabalho que estamos a fazer para a região e para o país também tem que ser de alguma forma reconhecido e recompensado em maior escala, não é que não o esteja a ser feito mas que é naturalmente necessário fazê-lo também em maior escala.-----

--- Ao Senhor Presidente de Junta de Olho Marinho, agradecer uma vez mais o convite, como lhe tinha dito o email tinha-me chegado, terei todo o gosto pessoalmente em estar presente nesta iniciativa, que aliás, está em linha com aquilo que fazemos no nosso território, portanto, é momento de Natal não poderia ser mercado de outra origem, mas agradecer uma vez mais, e aqui publicamente, o convite e que farei todos os possíveis para, naturalmente, estar presente. Agradecer também a menção muito importante pela importância que tem, passando aqui a redundância, em relação aos 10 anos da cidade criativa literária da UNESCO, esta estratégia Óbidos Vila Literária é uma estratégia diferenciadora onde a 5ª edição, do ponto de vista do próprio curso de turismo literário, tem tido um sucesso extraordinário, aliás, acho que o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro foi, na 1ª Edição, um dos formandos nesta ótica de turismo e formador também, e portanto temos que dar continuidade e feito este balanço dos 10 anos da Cidade Criativa Literária da UNESCO, ficar satisfeitos e agradecer aqui aqueles que idealizaram esta ideia, a todos aqueles que operacionalizaram esta ideia, mas acima de tudo também aqueles que continuam a perspetivar o futuro desta vila que é conhecida como Cidade Criativa Literária da UNESCO. Agradecer também a intervenção do Senhor Deputado Vítor Rodrigues e, dar-lhe nota que nós agradecemos sempre as intervenções relativamente aquilo que são propostas de melhoria, mas queria que ficasse presente que a nossa vontade de alcatroar, e de asfaltar e de melhorar a rede viária é diária, a nossa burocracia nacional é que ainda não nos permite pensarmos as coisas e executarmos no dia seguinte, infelizmente. Quer isto dizer o quê? Nós estamos a esgotar um procedimento onde a rede viária que menciona não estava prevista, estamos a falar de uma preparação que de alguma forma levou cerca de 2 anos e meio quase 3 anos, para este procedimento que está a decorrer e que está definido para as juntas de freguesia em questão e bem identificada com os presidentes de junta, onde a questão das marcas horizontais, as marcas verticais, os rails estavam naturalmente incluídos neste procedimento, nós vamos ter que esgotar este procedimento só para depois podermos fazer um tal outro de maior dimensão. Porque é que estão as estradas marcadas apesar de elas estarem com necessidades de asfaltamento? Porque neste espaço ou neste delay até podermos operacionalizar esta benfeitoria nesta e noutras estradas, nós temos o imperativo da segurança das pessoas, e nós, mesmo que não seja um trabalho bem feito do ponto de vista da segurança e o impacto financeiro não é substantivo, nós queremos marcar pelo menos a faixa central destas vias para que em zonas, e esta é uma zona onde a iluminação pública não está presente, nós possamos ter aqui algumas guias onde os nevoeiros, sejam eles matinais ou noturnos, permitam que esta



Assembleia Municipal de Óbidos

21

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

faixa horizontal central do separador da estrada dê aqui alguma visibilidade aos condutores, conferindo-lhe aqui alguma segurança, porque se nós não tivermos feridos ou minimizarmos uma situação do ponto de vista do risco do acidente, acho que o dinheiro é mais do que bem investido e queria aqui justificar o porquê de estar a ser marcado uma estrada que já devia estar com o pavimento betuminoso. É um processo contínuo, infelizmente demasiado moroso, mas é aquilo que, com base nas leis e nas regras que nós temos que fazer cumprir, é possível acima de tudo.”-----

--- PONTO TRÊS - TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 3.º TRIMESTRE DE 2025 DA EMPRESA MUNICIPAL ÓBIDOS CRIATIVA, E.M.;-----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6062, acompanhado da devida documentação.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa iniciou a sua intervenção dizendo: “ Uma intervenção muito rápida, para dizer o seguinte, desde logo cumprimentar a OC que desde os últimos tempos deve ter sido a primeira vez que o relatório trimestral vem em tempo, portanto dar esta nota positiva, que ele vinha sempre muito atrasado, às vezes com 1 ano de atraso, outras vezes com 6 meses de atraso e essa responsabilidade não podia ser imputada obviamente à Assembleia, era porque o conselho de administração da OC não o fornecia, portanto, neste momento o terceiro trimestre, não estamos assim tão longe e, portanto, estamos nesta Assembleia a apreciar. Dar esta nota positiva, porque acho que quando as coisas correm melhor e tendem a melhorar devemos também dar essa nota positiva e, portanto, aqui fica a mesma. Quanto ao relatório em termos de substância, pronto, é exatamente isso é um relatório, o final do ano e a prestação de contas dará um melhor indicador do que irá acontecer, de todo o modo, e creio que esta apreciação que vou fazer, quem olhou para o documento certamente o fez também, mas não se pode deixar de dar nota, que há um aumento substancial na bilheteira, sem dúvida nenhuma, portanto, temos aqui quase 36% de receita superior aquela que estava orçamentada, porém as despesas também estão nos 30% de aumento face ao orçamentado, e isto poderia ter causado aqui algum desequilíbrio orçamental que um gestor nunca deve por de lado este considerando, porque a despesa é feita à cabeça, ou seja, nós quando contratamos a despesa não sabemos qual é que vai ser o resultado da bilheteira e, portanto, haver aqui este desvio do orçamentado face aquilo que foi o efetivo gasto de cerca de 30% parece-me algo substancial e que deve ser refletido e, portanto, de alguma forma haver esta transmissão de preocupação junto da gestão da OC para que procure seguir mais aquilo que orçamentou, porque poderíamos, como digo, correremos aqui os risco de termos um prejuízo. Não tivemos e graças a deus e ainda bem, temos aqui um lucro de 20 mil euros, mas se realmente as despesas não tivessem sido tão elevadas, muito provavelmente o nosso resultado líquido deste trimestre teria sido mais positivo. De todo o modo congratulamos pela execução apresentada sem deixar de fazer referência que 30% em despesas face ao orçamentado é de facto preocupante. O que diríamos se um gestor de uma empresa privada o fizesse.” ---

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, relativamente a este ponto referiu o seguinte:” congratular a Óbidos Criativa, a sua administração e os respetivos colaboradores pelo trabalho desenvolvido no decorrer deste ano 2025 e aquilo que estamos a analisar e a



Assembleia Municipal de Óbidos

22

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

tomar conhecimento é precisamente o relatório correspondente ao 3º trimestre, tendo a particularidade e as particularidades que a empresa municipal tem na matéria daquilo que é o seu core principal daquilo que é o seu objeto, elaboração e produção de eventos, tendo em conta aquilo que é o calendário da empresa municipal no concerne da distribuição sazonal ao longo do ano, e que dois dos eventos de maior monta acontecem precisamente no último trimestre, há sempre a possibilidade de ter margem para corrigir eventuais desvios que possam surgir ou que o relatório possa demonstrar. Estes instrumentos, para além de serem obrigatórios, são ferramentas importantes de gestão, de controlo interno, quer do ponto de vista daquilo que é a gestão financeira e a respetiva tesouraria, neste caso da empresa municipal, mas também em função daquilo que é e são sistemas de planos de atividades que a própria empresa tem. A justificação dos números que eu queria realçar, para além daqueles que foram identificados e que ouvimos há pouco, são facilmente justificáveis, contudo eu gostaria de dar muito boa nota em relação aquilo que foi o procedimento financeiro se compararmos com o período homólogo, com uma pequena nuance, nós este ano tivemos um ano de eleições e não foi por causa disso que a empresa teve um empenho diferente, positivo muito interessante. Face aquilo que foi o balanço que podemos fazer relativamente, e já estou aqui a antecipar eventuais resultados, aquilo que foi o balanço relativamente ao Fólio e aquilo que está a ser em relação ao Óbidos Vila Natal, sendo o maior evento organizado pela empresa municipal e por este município, maior em termos de dimensão financeira, maior em termos de dias que o evento acontece é mais de 1 mês, neste ano em particular, e maior em termos daquilo que é a afluência, portanto, são tudo indicadores que este resultado do 3º trimestre nos dão muitas garantias ou garantias que a empresa municipal poderá encerrar este exercício de 2025 com resultado positivo que é isso que é objetivo desta empresa municipal.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu à Senhora Deputada e ao Senhor Deputado pelas intervenções relativamente a este ponto e disse:” Queria apenas dar aqui nota que, se há coisa que não faço é tentar escamotear de alguma forma aqui uma variação de 29,8%, é naturalmente uma diferença, um desvio considerável, estamos a falar de praticamente 1 terço daquilo que é o valor e que felizmente, como disse, felizmente não, felizmente não é a palavra certa porque houve aqui muito trabalho, para que esta bilheteira ou este aumento de 36% das receitas da empresa municipal Óbidos Criativa, assim acontecesse. Porém, naturalmente, nós temos que perceber a dimensão que é a dificuldade, cada vez mais hoje é fazer um orçamento, ou uma previsão orçamental para uma empresa que neste momento já fatura na casa dos 3 milhões de euros. Desde logo tivemos aqui uma diferença em termos de gastos com pessoal, uma diferença bastante considerável, estou aqui a ver 114 mil 411.07 euros, e portanto há aqui uma diferença significativa no valor a mais e isto é justificado pela diminuição do absentismo, felizmente, tivemos mais pessoas a trabalhar, mas acima de tudo também uma maior contratação de recursos humanos, e acima de tudo também, aquilo que todos desejamos que é poder aumentar e atualizar a condição salarial dos recursos humanos. Naturalmente que, e hoje utilizando, tanto a empresa municipal, dentro daquilo que são os seus eventos, ainda não tendo optado, eu digo ainda não porque os valores já começam a justificar a aquisição própria de tendas, as tendas têm um valor muito considerável para aquilo que é a contínua



Assembleia Municipal de Óbidos		23
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

aquisição de serviços por fornecedores externos. Mas acima de tudo, não posso naturalmente, e tive essa conversa, apesar de estar satisfeito com o aumento da receita, com o conselho de administração da empresa municipal Óbidos Criativa para continuarmos ainda mais assertivos, ainda mais rigorosos relativamente à questão das despesas que a própria empresa municipal determina. Dar nota também, daquilo que tem sido os resultados, e acho que parece-me que é uma altura certa para o podermos fazer, aquilo que foi o dinheiro investido ao abrigo de um contrato programa com a empresa municipal, traduziu-se num ganho que, eu diria, que quadriplicou, que foi o valor de incremento por cada euro que foi colocado na empresa municipal. Isto, quando estamos a falar de resultados diretos, se estivermos a falar de resultados daquilo que é o desenvolvimento económico do nosso concelho, eu julgo que podemos, naturalmente, estar ainda mais satisfeitos e aquilo que são as nossas previsões relativamente à questão do evento que está a decorrer que tem um impacto financeiro significativo do ponto de vista da sua despesa, mas a receita está a dar-nos excelentes indicadores, pesa embora, já tivemos que fechar 1 dia, por segurança dos seus utilizadores ou dos seus visitantes. As receitas estão em bom ritmo para que o resultado líquido final seja um resultado bastante favorável. E para já era o que eu queria manifestar”. -----

--- **Foi dado conhecimento.** -----

--- **Aprovado em minuta por unanimidade.** -----

--- **PONTO QUATRO - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS CONDIÇÕES E VALOR DAS COBERTURAS DE SEGURO E DE ACIDENTES PESSOAIS DOS AUTARCAS;** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5943, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, disse : “Que o seguro é de carácter obrigatório que todos nós temos direito como autarcas, está consagrado na lei, e, portanto, tendo mudado o novo ciclo autárquico, foi preciso voltar a fixar as condições do mesmo.” -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*** -----

--- **Aprovado em minuta por unanimidade.** -----

--- **PONTO CINCO - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA NORMA DE CONTROLO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS;** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5978, acompanhado da devida documentação. -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse:” Que este ponto decorre diretamente da lei, portanto, nada de extraordinário, só congratular-nos por finalmente termos uma norma de controlo interno recente, porque a última que tínhamos era de 2002, e, portanto, dar boa nota que finalmente vamos ter aqui uma norma de controlo interno da Câmara Municipal de Óbidos.”-----

--- O Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte: “Eu já conhecia estes reconhecimentos por parte da Senhora Deputada Ana Sousa em relação à minha pessoa enquanto autarca, mas pronto, é mais uma vez evidente aquilo que é o reconhecimento público, sempre o disse, e queria apenas constatar isso e agradecer, naturalmente, como



Assembleia Municipal de Óbidos

24

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

disse a Senhora Deputada, é um normativo legal que desde 2002, com entrada em vigor do POCAL, nos imperou ter este normativo e, estamos a fazer cumprir”. -----

Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

---Aprovado em minuta por unanimidade. -----

PONTO SEIS - ELEIÇÃO E EVENTUAL NOMEAÇÃO ATÉ DOIS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS, CONFORME PREVISTO NA ALÍNEA B) DO PONTO N.º 3 DO ARTIGO 29.º DO DECRETO DE LEI 82/2021 DE 13 DE OUTUBRO; -----

O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse no cumprimento do decreto de lei em epígrafe o grupo municipal do PSD em diálogo com o respetivo grupo parlamentar do PS “gostaríamos de indicar para esta Comissão Municipal de Gestão dos Postos Florestais em função daquilo que é a geografia e as características geográficas do nosso concelho e face aquilo que é a grande massa florestal em 3 freguesias em particular, propomos para efetivos o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amoreira, José Pedro Rolim Horta, e o Senhor Presidente da Junta de freguesia do Vau, Frederico de Deus Lopes, e o Senhor Presidente de Junta de Olho Marinho, Hélder Mesquita como suplente” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, é só para dizer o seguinte:” Nós quando observarmos o ponto, ficamos aqui com dúvidas relativamente à matéria representantes da freguesia, e não concluímos coisa nenhuma diferente ou para um lado ou para o outro, quero eu dizer, a letra da lei fala em representantes de freguesia e como em outras comissões os representantes até não têm que ser os Presidentes de Junta, podem ser outras pessoas, ficamos nesta dúvida que depois demos por boa ser o presidente da junta, até porque era esse o entendimento que parecia-nos na bancada do PSD. Pronto, e porque é que eu estou a dizer isto, porque o ponto foi agendado e a única documentação que vai em anexo é única e exclusivamente o decreto de lei que regulamenta esta matéria, e o mesmo acontece no ponto seguinte. Aquilo que eu queria pedir ao Senhor Presidente, se não for incomodo e porque acho que nos ajuda, é se pode de alguma forma quando forem assuntos desta matéria fazer uma pequena informação aquilo que se propõe, para nos esclarecer até porque esta dúvida minha já foi esclarecido seguramente noutras Assembleias precedentes, e, portanto, isso ajudava a que assuntos desta natureza pudessem ter, bastava duas linhas ou três para que nós ficássemos aqui com maior segurança. Era só a intervenção que queria fazer”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia referiu :” Eu penso que aquilo que foi seguido pelo grupo municipal do PSD e, portanto, na respetiva conversação com o PS, foi precisamente seguir aquilo que tinha sido feito em anos anteriores, por exemplo há 4 anos atrás faziam parte desta comissão também dois presidentes de junta, que era na altura o Presidente de Junta de A dos Negros e também do Vau, portanto, foi sempre um hábito, entendermos como representante da freguesia quem representa mesmo a freguesia, que é o Presidente de Junta, e por isso a interpretação foi sempre essa que eu me lembro, nas três Assembleias Municipais que presido, quer há 8 anos quer há 4 anos foi esse o espírito”. --

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro pediu a palavra para dar o seguinte esclarecimento:” Por lapso não referi nesta proposta, ela foi partilhada com o grupo parlamentar do Partido



Assembleia Municipal de Óbidos		25
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

Socialista, mas foi também partilhado com o grupo parlamentar do Chega, na pessoa do Deputado Fábio Antunes, portanto, houve esta partilha de informação com todos e eram todos conhecedores” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para:” Acima de tudo para dar nota que, o município de Óbidos não tenha uma grande área florestal, é naturalmente um desígnio nacional e a preocupação que existe muitas das vezes com falta de ordenamento e falta de política públicas aplicadas a este mesmo ordenamento com, naturalmente, o impacto e que, inclusive em 2017, teve aqui uma catástrofe em relação a perda de vidas humanas, mas acima de tudo, tão grave como a perda de vidas humanas é muita das vezes um trabalho de uma vida que uma má gestão ou muita das vezes o esquecimento desta gestão leva a decorrer. Perceber acima de tudo este racional que foi aqui colocado, parece-me bem em relação às freguesias que têm um maior, ainda que pouca área, mas uma maior área e também, este processo democrático dando naturalmente oportunidade a todos de poderem participar, onde contam com a nossa ajuda enquanto autarquia para aquilo que for necessário”. -----

Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, por voto secreto, tendo sido aprovado por unanimidade com vinte oito votos. -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO SETE - ELEIÇÃO E POSTERIOR NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL TOPONÍMIA, E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 9.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA;** -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro interveio para dizer: “Há imagem da partilha de informação com os grupos parlamentares presentes nesta assembleia, apresentamos a proposta também para nomeação de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Municipal Toponímia, e numeração de polícia, portanto, os efetivos José Manuel Marques do Partido Social Democrata, João Rodrigues do grupo parlamentar do Partido Socialista, e como suplente Fábio Antunes do Partido Chega”. -----

--- O Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas, interveio referindo :”Serei breve, congratular pelo resultado das votações destes últimos dois pontos, que são expressivos de facto daquilo que nos une que é a preocupação da gestão do património e da população do concelho de Óbidos, congratular e saudar o salutar espírito de diálogo e de procura de concertação e consensos que têm existido entre os vários grupos parlamentares. É óbvio que há situações que nos distinguem e em determinados momentos assumiremos, naturalmente, posições diversas, mas não gostaria de deixar passar este momento sem saudar o espírito leal e de diálogo democrático que tem existido entre os grupos presentes nesta Assembleia”. -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, por voto secreto, tendo sido aprovado por unanimidade com vinte oito votos*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----



Assembleia Municipal de Óbidos

26

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

--- PONTO OITO - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE ÓBIDOS; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6064, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Deputado Fábio Antunes pediu a palavra dizendo o seguinte: “Nós vimos com alguma atenção este ponto e queremos relatar o seguinte: Este plano é apresentado como estratégico, abrangente e alinhado com as boas práticas, no entanto, quando se passa do discurso para a execução surgem algumas fragilidades. Três pontos: em 1º lugar o plano não esclarece de forma objetiva quanto custa, quem paga e o que está efetivamente garantido, muitas das medidas apresentadas, dependendo das candidaturas futuras e de financiamentos incertos. Perguntamos diretamente ao executivo quais as ações previstas têm financiamento assegurado no orçamento municipal e quais são meras intenções políticas. Em 2º lugar há uma sobrecarga evidente dos serviços municipais em particular do CLAIM a quem são atribuídas múltiplas responsabilidades sem que exista um reforço claro e proporcional dos recursos humanos. Quantos técnicos vão ser contratados? Em que prazo? Ponto 3, a habitação, o plano reconhece a existência de sobrelotação, abuso no arrendamento e situações indignas, no entanto limita-se a campanhas de sensibilização e princípios genéricos, não apresenta soluções concretas nem metas quantificáveis. Em suma, este plano corre o risco de se tornar mais um documento intencionado, mas pouco eficaz, pouco controlado e com fraca responsabilização política. Assim, exigimos do executivo respostas claras, que não ficaram clarificadas para nós, o financiamento efetivo e calendarização das medidas, o reforço real dos meios humanos dos serviços envolvidos, as soluções concretas para a crise da habitação, um modelo de fiscalização e prestação de contas a esta Assembleia.” -----

A Senhora Deputada Ana Sousa referiu que: “Este plano municipal, de facto, quando olhamos para ele faz um diagnóstico teórico do nosso meio envolvente e das pessoas que estão cá nesta vertente migrante, mas por outro lado, aparenta uma certa contradição que é, parece que foi um estudo que foi feito e que se poderia aplicar, digamos assim, em qualquer território. Isto é, parece caraterizar e carateriza de alguma forma, mas depois subsiste a dúvida se efetivamente a Câmara Municipal sabe, quem é que são estas pessoas, onde é que elas moram, onde é que elas trabalham, onde é que dormem, em que condições, portanto, não se retira deste estudo, apesar do diagnóstico que até é exaustivo e dá algumas pistas e que até vem a desmistificar um pouco aquilo que seria eventualmente a nossa perceção, por exemplo de que estes migrantes vêm tendencialmente para serem integrados na área da agricultura, quando o plano até nos diz que não, que até é na área do turismo. E, portanto, como digo parece, apesar de caraterizar, subsiste esta dúvida de que aparentemente a Câmara não tem estes dados que eu referi, e porque digo que ele é um plano que parece de facto ter sido feito por uma empresa, que não os nossos serviços, e que aquilo que diz sobre a realidade do nosso concelho poderia ser extrapolada para outros concelhos do país. Por outro lado, secundar as preocupações que já foram manifestadas pelo Deputado Fábio, que de facto os objetivos que são propostos neste plano, podiam-se aplicar aos migrantes como se podiam aplicar aos obidenses, não há aqui nenhuns objetivos estratégicos que se aplicam especificamente às eventuais necessidades



Assembleia Municipal de Óbidos

27

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

desta população e por outro lado as metas que ele apresenta são de facto muitíssimo pouco ambiciosas, e isto o receio que se tem é que isto seja mais um instrumento, um plano de boas intenções, que reconhecemos sim, é importante que existam, mas também temos que ter a parte prática, que é ter planos para depois dizer que eles não respondem à necessidade e não há forma de medir com cuidado e clareza os objetivos, deixa muito aquém do seu objetivo. Portanto, aquilo que se esperava era que fosse uma coisa mais prática, com metas mais elevadas, com métodos que depois permitisse de facto aferir no final do mesmo ou por um período de tempo, ver como é que ele está a decorrer e o que é que é preciso voltar a reformular se ele não correr na totalidade e não cumprir com os objetivos a que se propõe. Portanto, não deixa de ser um plano com alguma bondade, fica de facto, um bocadinho aquém daquilo que se esperava que fosse um plano municipal para a integração de migrantes em Óbidos”. -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse o seguinte: “Relativamente a esta matéria e ao plano municipal de apoio aos migrantes, eu iria mais longe que a Senhora Deputada Ana Sousa, isto não é um plano de boas intenções, é um plano de ótimas intenções, porque demonstra desde logo, integração, segurança e coesão social e muita boa dose de humanismo, porque na prática aquilo que estamos a promover é que os migrantes possam fazer uma integração que lhes permita viver em Portugal, como qualquer um de nós. E o plano permite garantir integração de forma estruturada, baseado no diagnóstico que consta nas informações que recebemos que lhe permita o acesso à língua, à educação, aos serviços públicos a um emprego, porque na realidade a visão que o município tem para a questão da migração, tem a ver com o emprego, com a integração destas pessoas naquilo que são as unidades produtivas do nosso concelho, seja na agricultura, seja no turismo ou em outro qualquer setor do nosso território, e, apesar de estarmos no limiar do pleno emprego, e ainda bem, há um conjunto de cidades cativas no que concerne ao trabalho e que estas pessoas oriundas de outras partes do mundo nos ajudam a produzir mais, a produzir melhor, muita das vezes a fazer o trabalho que nós muita das vezes não queremos fazer, não gostamos, ou não podemos, ou achamos que não somos devidamente compensados para o fazer, à imagem daquilo que foi Portugal ao longo de muitas décadas na epopeia que nos reconheceu nos quatro cantos do mundo. Portanto, não é um plano de boas intenções, é um plano de ótimas intenções, e os serviços, obviamente, à imagem daquilo que aconteceu no mandato passado, e o apoio de outros municípios e da própria comunidade intermunicipal numa lógica de boa governança com os vários parceiros que existem, de dar este apoio, de integrar estas pessoas o melhor possível, porque todos beneficiamos, beneficiamos nós, beneficiam estas pessoas, as respetivas famílias, as empresas e, efetivamente, reforço, da mesma forma como comecei, há aqui uma questão de planeamento e divisão deste executivo, no que concerne à integração de pessoas e a utilização destas mesmas pessoas no mercado produtivo.” -----

--- A Senhora Deputada Adélia Araújo, começou por cumprimentar todos os presentes, desejando boas festas a todos e um feliz natal! E disse: “ Em relação ao assunto que estamos a falar o que me preocupa mesmo são os números, se sabe exatamente, se há um limite, portanto, nos diagnósticos é necessário também haver números, precisamos de saber, porque como sabemos no concelho de Óbidos a saúde está muita aquém da oferta,



Assembleia Municipal de Óbidos

28

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

os transportes está muito aquém, portanto, não há oferta, as escolas estão no limite. Eu espero que nesse diagnóstico e em tudo o que está a ser feito que isso esteja a ser considerado, porque acho que o mais importante era saber se está esse limite estipulado, se é família, se é pessoas que vem. Não é as pessoas chegarem cá e acontecer como em outras zonas do país, virem para um sítio que não lhe consegue dar uma resposta capaz, de habitação, de integração na comunidade escolar, de saúde, isso é muito importante. E ao ler tudo não senti essa resposta, não consegui perceber. Acho que é necessário o Senhor Presidente da Câmara esclarecer-nos muito bem sobre todo esse assunto”. -----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc interveio dizendo: “Eu gostaria de ficar esclarecida, quando o Chega está preocupado com este ponto, que para nós também foi considerado uma boa deteção do que existe, se o Chega está preocupado exatamente com o quê? Se é aquilo com o que estas pessoas vem fazer, se estas pessoas, uma vez que estamos a falar da migração, o que é que isto tem que ver, ou posso não ter percebido bem, também não é, o que é que isto tem a ver com as escolas, com a saúde em concreto, se há limites. O que é que pretendem? É impor limites à integração destas pessoas? Eu relembro que estas pessoas no nosso concelho, vê-se muito bem o que é que andam a fazer, andam a fazer o trabalho que nós aqui não fazemos. Andam na vindima, andam na fruta, saem tardíssimo, são transportados por carrinhas que aquilo noutros países nem teriam condições para transportar pessoas. Eu de facto o que quero saber, e isto pode ter sido uma dificuldade de compreensão minha, admito, se é que aquilo que estão a dizer é exatamente aquilo que eu estou a perceber ou não.” -----

--- A Senhora Deputada Adélia Araújo pediu a palavra e referiu: “Eu quero que fique esclarecido que nós precisamos dos migrantes seja em Óbidos, seja em Caldas, seja no Bombarral, desde que eles venham trabalhar, todos sabemos isso. Agora, o que acontece é que, já lá vão muitos anos, que a Linda de Sousa foi para Paris com uma mala de cartão. Não vamos permitir que as pessoas que vêm agora para a europa, para Portugal, que venham para condições como nós temos visto que acontecem. Portanto, há que, quando eles cá chegam, poderem ter cuidados de saúde, poderem pôr os filhos na escola, e tudo isso. Não vamos ter essas pessoas que andam a apanhar maçãs, a dormirem dentro de contentores ou sei lá como, há que dar dignidade ao ser humano. Portanto, temos de pensar, e não é por ser do Chega ou não ser, porque eu estou aqui com o Fábio, somos do Chega, mas nós queremos que Óbidos avance, nós queremos ter um concelho bom para todos, para os que estão e para os que chegam”.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara, disse que: “Relativamente ao tema, um tema sempre importante, um tema sempre em voga, até na comunicação social, mas acima de tudo nós, e como dizia a Senhora Deputada Adélia Araújo, o que nos preocupa e estamos aqui, é efetivamente por Óbidos, pelas pessoas que compõem a nossa comunidade. Dar aqui nota, pelas questões colocadas, em primeira instância pelo Deputado Fábio Antunes, o valor deste plano, é um valor que é suportado por uma candidatura ao nível da Oeste CIM, da Comunidade Intermunicipal do Oeste, os técnicos do município de Óbidos são aqueles que constituem a equipa de ação social do nosso município, e naturalmente que a questão da habitação é para nós preocupante. Eu recorro aos que estão atualmente, mas aos que transitam, esses sim, recorda-los, que quando cheguei em final de 2021 à Câmara



Assembleia Municipal de Óbidos

29

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

Municipal de Óbidos, não tínhamos uma estratégia local de habitação, foi preciso definir esse documento teórico, para fazer uma implementação ou definir uma estratégia, em fazer uma implementação de um plano de ação. Esse plano de ação está em marcha, temos projetos numa fase bastante madura para podermos avançar, uns deles no âmbito do 1º Direito, alguns no âmbito da redução em termos do valor para jovens ou jovens famílias, portanto, tudo aquilo que foi aqui de alguma forma referido, está previsto e acima de tudo tem que ter um diagnóstico feito e adaptado à nossa realidade. Eu quero aqui transmitir-vos que muitas das vezes estes projetos, numa perspetiva de escala ao nível da nossa região dos 12 municípios, o nosso município é diferente dos outros 11, portanto, aquilo que nós ganhamos muita das vezes em escala pode ser, e houve aqui alguém que fez essa intervenção, julgo que foi a Deputada Ana Sousa, este plano pode caber em qualquer lugar, mas foi um plano que foi contratado ao nível da Comunidade Intermunicipal do Oeste, como referi há pouco, mas que, e aqui respondendo um bocadinho à Deputada Ana Sousa, a razão deste plano é exatamente por aquilo que a Senhora Deputada, e eu passo a citar, achava que era no sector primário que estas pessoas se encontravam em maior frequência, achava, neste momento deixou de achar, porque houve um documento, houve um trabalho feito por uma empresa que veio a Óbidos com os nossos técnicos, com os stakeholders, e fez este levantamento, e portanto nós deixamos de achar, neste momento temos uma constatação. Mas aquilo que o documento deixou de “achismos”, e temos aqui dados concretos, repele aqui um bocadinho para a questão, repele não é a palavra mais simpática, mas para aquilo que o Deputado Fábio diz também, quantas pessoas são neste momento. Este tipo de mão de obra, é preciso ter presente, que muita dela é mão de obra sazonal, são pessoas que vêm para o setor primário, mas que também vêm com contratos curtos, para empresas e muito ligado ao turismo, alias, se calhar não é tão visível e eu percebo, a falta de perceção na parte turística, porque a grande maioria destas pessoas encontram-se muitas das vezes na cozinha ou em trabalhos preparatórios. E por isso é que dizia que era mais direcionada para a Senhora Deputada Ana Sousa, nós sabemos há data do estudo feito, que estas pessoas, onde é que elas estão, onde é que elas trabalham, mas acima de tudo, precisamos perceber qual é que é o nível de permanência também no nosso território. Isso é um dado que nós também tivemos a oportunidade de debater, quando discutimos este assunto no órgão deliberativo, porque é um trabalho que para o objeto que foi este estudo desenvolvido por esta empresa no âmbito da Comunidade Intermunicipal, nós percebemos que precisamos de ter noção e tivemos aqui um amplo consenso, aprovado por unanimidade do CLAS, onde estão um conjunto alargado de pessoas que precisamos de ter, acima de tudo, este diagnóstico muito claro relativamente a esta matéria. Dizer também, ainda relativamente à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, é importante, de facto, todos nós termos presença daquilo que o nosso território Óbidos pode beneficiar com a correta integração destas pessoas, e a correta é fornecermos condições e eles já virem com condições de trabalho definido, com condições dignas de habitação, que foi também referido pela Senhora Deputada Adélia Araújo, e eu atrevo-me a dizer que é corroborada por todos, acho que ninguém em outra presença na sua situação, mas acima de tudo, daquilo que nós fizemos também logo, e Óbidos foi muito proactiva no período que houve aquela primeira agressão da Rússia contra a Ucrânia, onde despoletamos junto



Assembleia Municipal de Óbidos		30
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

da Segurança Social Distrital que “atenção Senhor Diretor, vamos receber aqui refugiados, atenção que é preciso acolher estas pessoas, é preciso definir já aqui um plano também para a sua educação”, e fomos nós que, ainda nem estávamos bem a ver isto, e nós na altura não sabíamos que ia ser lançada uma lei marcial que só, e apenas as crianças e as mulheres é que poderiam ter essa hipótese, mas nós despoletamos isto, e é esta proatividade que nós queremos, naturalmente, manter, pegando aqui novamente no país, beneficia naturalmente estas pessoas, as empresas, porque o tecido económico tem condições, e temos aqui alguns empresário que percebem bem a dificuldade que hoje é ter recursos humanos, sejam eles mais ou menos qualificados, mas todos eles têm um papel fundamental, alias eu julgo que foi a Senhora Deputada Anabela Blanc que disse que todas estas pessoas têm um papel fundamental e fazem aquilo que nós não queremos fazer, estas pessoas fazem trabalhos e fazem serviços que outros não querem fazer, e outros portugueses, é importante integra-los, é importante recebe-los. Eu dou-vos aqui uma nota muito rápida que tive no passado fim de semana, no congresso que tive em Viana do Castelo, onde o Senhor Secretário de Estado para as Comunidades Portuguesas referiu, e eu já tive a oportunidade de visitar alguma geografia, os portugueses tiveram no período dos descobrimentos em Malaca, tiveram na Índia, tiveram no Brasil, tiveram no Japão, onde temos uma referência da nossa língua nas próprias palavras no Japão, onde portugueses tiveram e foram determinantes para o seu desenvolvimento, mas podemos recuar aos tempos dos anos 80/90 quando os nosso avós, os avós de outros amigos iam de salto para França, iam á procura de melhores condições de trabalho, se calhar não foram acolhidos da mesma forma, mas não é essa mensagem que nós queremos passar para o futuro. Mas, acima de tudo, desde a França, Suíça, Canadá, e o Senhor Secretário de Estado fez a referência, num destino tão distante como é a Argentina, na Patagónia, onde estão 120 portugueses também e que estão acolhidos e estão bem referenciados do ponto de vista do mercado de trabalho. Nós somos cerca de 10 milhões 650 mil portugueses em Portugal, mas temos muitos milhões a viver fora do nosso território, na Suíça, no Canadá, como referi há pouco, na América do Norte, na América do Sul, e portanto, temos que ter aqui toda a capacidade e respostas efetivas. O número das pessoas que vamos acolher é preciso ter os diagnósticos para percebermos, efetivamente, o que nós podemos oferecer e aquilo que nós podemos reter de alguma forma, eu queria apenas fazer esta referência que para mim não é só um documento teórico, mas acima de tudo, é um instrumento, uma ferramenta para aquilo que são as políticas públicas que pretendemos implementar no nosso território. Está, naturalmente, a CIM Oeste a trabalhar nisto como um todo e bem, e portanto, nós quisemo-nos associar também esta medida”. -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte seis votos a favor, e duas abstenções de voto.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO NOVE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO ÓBIDOS CIDADE CRIATIVA DA LITERATURA DA UNESCO 2025-2035; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de



Assembleia Municipal de Óbidos

31

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6065, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas pediu a palavra e disse: “Senhor Presidente, ou, neste caso, Senhor Secretário eu penso que, provavelmente por lapso, este ponto terá sido incluído na ordem de trabalhos para apreciação e imputação, e eu passo a explicar porquê, até no site da própria Câmara Municipal, no dia 4 foi divulgado que no dia 11 de dezembro, seria feita a apresentação deste plano, portanto, das duas uma, ou o plano pode ser apresentado porque assim é, dispensado a apreciação e votação desta Assembleia Municipal ou, o plano carecia da apreciação e votação, e aprovação neste caso, em sede de Assembleia Municipal e não deveria ter sido apresentado no dia 4. Uma vez que ele foi apresentado no dia 11, no dia 4 foi anunciado e no dia 11 foi apresentado, é óbvio que eu não contesto a apresentação, a única coisa que eu contesto é que tendo sido apresentado, é redundante e extemporânea a sujeição à apreciação e votação em sede de Assembleia Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia que se tinha ausentado por um momento, regressou e perante a dúvida levantada ,referiu que tinha ouvido a questão e confirmou que o ponto é para apreciação. Disse que o Plano foi apresentado antecipadamente como intenção, mas isso não impede a sua apreciação e votação no Órgão Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal decide se aprova ou não aprova. e só depois da sua aprovação é que o plano se torna efetivo e pode ser aplicado. Se porventura, a Assembleia Municipal reprovar hoje o referido plano o mesmo não tem qualquer validade, Portanto compete a todos nós apreciar e votar este plano, e é isso que vamos fazer. A questão da apresentação é uma situação que não conta para a nossa decisão não havendo qualquer tipo de condicionante para a nossa apreciação. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e disse o seguinte : “Queria-vos aqui dar nota, aliás ao órgão fiscalizado, que este ponto foi, de alguma forma, trocada a forma como tinha sido apresentado na última reunião de Câmara que era de tomada de conhecimento e eventual remissão para o órgão Assembleia Municipal. Como todos sabemos, não podia ser tomada de conhecimento no órgão de Câmara e depois, naturalmente também, tomada de conhecimento na Assembleia, porque só após deliberação é que o mesmo podia ser remetido para o órgão fiscalizador. Dar-vos nota também que, e tive oportunidade de fazer isto também na reunião de Câmara, onde agradeci também, e na própria apresentação do plano estratégico, agradeci todo o empenho da equipa liderada pelo Vereador Ricardo Duque, porque estamos a falar de um plano estratégico para os próximos 10 anos feitos com 45 dias de mandato. Estamos a projetar 10 anos de cultura, 10 anos de cidade criativa-literária com 45 dias de trabalho. Onde por aqui passou naturalmente também a estrutura flexível, onde por aqui passou também o mapa de pessoal, onde por aqui estivemos a construir um orçamento que vai ser apresentado, aliás, como a estrutura do mapa de pessoal e, a equipa não descansou, não baixou os braços, tendo naturalmente e perspetivando aquilo que nós queremos para no nosso território, do ponto de vista da sua dimensão, do ponto de vista da dimensão cultural, do ponto de vista da dimensão literária e aquilo que ela representa e tem representado para o nosso território. A forma podia não ter sido a melhor forma como ela vem ao órgão fiscalizador e previamente ao órgão Câmara, mas aquilo que está aqui apresentado em



Assembleia Municipal de Óbidos

32

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

matéria de ponto, podia ter sido feita de forma diferente mas, o tempo, e eu aqui queria fazer uma referência que eventualmente faria mais à frente, ter eleições a 12 de outubro e tomada de posse a 26 de outubro limita muito aquilo que é a intervenção do órgão executivo perante, naturalmente, todas estas necessidades e da capacidade transformadora que nós queremos incutir, inclusive com um tema que vamos abordar mais à frente que é a questão do mapa de pessoal. Portanto, nós fizemos porque é preciso constatar aqui, agendas de governantes para dar, naturalmente também o impacto que é necessário e o reconhecimento que é necessário nesta matéria, não quisemos nem nunca queremos, de modo algum, melindrar ou não respeitar aquilo que são os órgãos, seja deliberativo, seja fiscalizador no concelho e Óbidos, era apenas isto que queria naturalmente partilhar convosco.” -----

--- O Senhor Deputado Pedro Maldonado de Freitas disse o seguinte: “Era só para precisar que é o seguinte, de modo algum contesto quer a qualidade do programa, quer o facto de ele ter sido apresentado, aliás comecei por aí, eu aceito que ele tenha sido apresentado e entendo perfeitamente o argumentário exposto pelo Senhor Presidente da Câmara, não tenho qualquer reboço em entender todos esses argumentos. A única questão que eu colo é que do ponto de vista da forma, e peço desculpa, com o devido respeito ao Senhor Presidente, há coisas que não podemos fazer e, a possibilidade que pôs, não deixa de ser teórica, seria perfeitamente ridículo que neste momento nós tivéssemos a ousadia ou a pretensão de votar contra um programa que foi apresentado, ainda que eventualmente pudéssemos não concordar e que não é o caso, porque concordo como comecei por dizer e reconheço-lhe o valor, o interesse, até do ponto de vista de toda a dinâmica para o concelho e para a cultura no concelho, há coisas que não poderíamos fazer, ou seja, Câmara tem no seu site anunciado que no dia 11 e, naturalmente fê-lo porque era esse o momento que entendeu ser adequado, foi divulgado na comunicação social, foi feita uma mesa redonda com apresentação de vários elementos, foi inclusivamente, segundo penso, um monumento comemorativo dos 10 anos da, falta-me o termo mas pronto, foram celebrados os 10 anos de Óbidos Vila Literária da UNESCO justamente, e com orgulho desse facto. Portanto, a única coisa que eu contesto é que, o programa foi apresentado, é válido, é interessante, é fundamental para o desenvolvimento estratégico segundo o entendimento da Câmara, e que nós respeitamos e acolhemos, agora não faz é muito sentido à posteriori, a sua apreciação e votação neste momento é perfeitamente extemporânea e descabida porque ele já está em marcha, está fora de questão que nós vamos contestar digamos, ou tentar reverter a apresentação do programa. Por isso é que eu dizia, das duas uma, ou ele carecia formalmente da apreciação e votação na Assembleia e não devia ter sido apresentado, neste momento já é perfeitamente também extemporânea esta minha observação porque ele já foi apresentado, portanto, para nós não faz muito sentido irmos agora fazer de contra que vamos apreciar e votar um programa que já está consignado e consumado, e muito bem, e esperemos que siga o seu trajeto e tenha o seu desenvolvimento que é necessário para todo o concelho”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, referiu que há um exemplo claro que em muitas vezes isso acontece, o orçamento geral do estado é apresentado à comunicação social muito antes de ser apreciado pela própria Assembleia da República. De qualquer maneira,



Assembleia Municipal de Óbidos

33

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

portanto, é uma coisa que é apreciada muito antes. Compreendendo a questão que coloca, naturalmente que há, por assim dizer que a sequência dos factos reais, podiam acontecer de outra forma,. Mas para nós, para mim, o plano só entra em execução a partir da nossa aprovação.. Compreendo aquilo que colocou, aliás, o Sr. Presidente da Câmara referiu-se naturalmente a essa questão, mas para mim, independentemente disso, não é impeditivo de qualquer maneira que nós o apreciemos e, portanto, fazer a sua respetiva votação, estando ou não de acordo com ele e relativamente, portanto, ao futuro daquilo que nos espera nos próximos 10 anos de Vila Literária. Para mim neste momento é esta a questão, temos um plano que nos foi apresentado e esse plano deverá ser analisado e, se achamos que é um plano para andar deverá ser votado favoravelmente,ou não, naturalmente, as pessoas têm toda a liberdade de não votar favoravelmente, correndo a câmara o risco, , da decisão que nós possamos tomar, Quando ele vem para apreciação, a decisão é nossa, é desta Assembleia Municipal. No entanto, compreendendo os factos e compreendendo aquilo que efetivamente foi feito, tendo em atenção que na verdade, inicialmente a ideia era de dar apenas conhecimento e depois chegou-se à conclusão que era necessário uma apreciação e votação, no órgão, Assembleia Municipal. -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse :” Eu penso que já foram esgrimidos vários argumentos quanto ao assunto, de qualquer maneira não posso deixar de precisar o seguinte, é de facto uma formalidade, não é? Enfim, como é que hei de dizer isto de uma forma simpática? Não estamos a cumprir a formalidade, isto é, a Câmara Municipal apresentou sem ter, de facto, a aprovação da Assembleia Municipal, isto é um facto. Perante o que aconteceu, aquilo que eu penso que era expectável, pelo menos pela nossa bancada, é que quando o assunto fosse presente fosse dada a explicação inicial do assunto e a justificação que depois o Sr. Presidente da Câmara veio a dar, não é? Seguramente tinha-nos feito refletir que a Câmara assume que há aqui algo que não correu tão bem como deveria, não considerou que o assunto tinha de ser aprovado pela Câmara Municipal e remetido e, portanto, nesta linha nós agora acabamos por ter que dar no fundo aqui conforto ao plano, no sentido que ele continue e que não haja aqui males maiores. De todo o modo, portanto, como isso não aconteceu, levou a que o Depurado Pedro Maldonado de Freitas tenha colocado esta situação que nos deixa desconfortável, portanto, nós somos de facto um bocadinho formalistas, ao contrário, não é ao contrário do que vocês dizem, vocês dizem-no com muita frequência e é verdade. E somos formalistas porque a lei assim o determina, não é? Não somos nós que inventamos e gostamos de cumprir. Percebo aquilo que diz, mas isto é quase uma ratificação do plano que já foi apresentado, embora a figura jurídica não se possa aplicar porque isso era uma usurpação de competências e, portanto, ainda fazíamos aqui um mal pior. Aquilo que nós queremos com todas as nossas intervenções, é dizer que esperemos que não se volte a acontecer situações desta natureza porque não é agradável para nenhum de nós. Era muito mais simples chegarmos aqui, olharmos para o ponto do ponto de vista substancial, fazermos a nossa apreciação e exercer o nosso sentido de voto. Condicionado com estas matérias e não ter sido logo esclarecido à cabeça a situação na introdução do ponto, gera-se um maior conflito, é só isso”. -----



Assembleia Municipal de Óbidos

34

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse”: Aproveito a oportunidade para felicitar o Município de Óbidos por esta efémera dos 10 anos do galardão de Cidade Criativa da UNESCO que foi celebrado no passado dia 11, com um programa extremamente interessante onde tivemos a oportunidade de reviver alguns dos momentos do que é a história de Óbidos, Cidade Criativa da UNESCO através dos vários eventos, desde logo o Fólio, Latitudes, exposições diversas que eu nomeava o Pelim por exemplo, só a título ilustrativo, isto para dizer algo mais sobre este plano. Este plano assenta em 4 eixos fundamentais, tem a ver com a rede literária, tem a ver com um eixo direcionado à programação, outro à formação de públicos e outro também à cooperação internacional. É um programa que perspetiva os próximos 10 anos, ou seja, 2025 a 2035 e, ao ver este plano, ao folhear estas páginas, não deixa de me vir à memória muito daquilo que foi o início desta candidatura que Óbidos fez, vivi isto “in loco”, participando na qualidade presidente da Óbidos Criativa, um membro da associação Vila Literária, na partilha com os meus colegas de executivo, com os meus colegas na Câmara Municipal e os colaboradores, com muitos dos curadores que vieram a colaborar connosco, foram realmente momentos muito interessantes de sonho, de expectativa, de desenvolver um evento e um programa que fosse para além daquilo que é apenas o livro, e quando digo apenas, obviamente, com muitas aspas, mas tudo aquilo que tinha a ver com uma projeção de Óbidos do ponto de vista cultural, seja ele mais erudito ou mais popular. Este evento trouxe a Óbidos um conjunto de parceiros, desde logo uma palavra em particular para um dos grandes mentores deste evento, José Pinho que teve um papel fundamental desde logo pela sua resiliência sobre esta e outras matérias no que concerne à literatura, ao livro e à sua presença nos vários eventos relacionados com o Óbidos Cidade Criativa da Literatura para a UNESCO, mas pela importância que este programa tem tido para Óbidos do ponto de vista não só do Fólio, porque o Fólio não é apenas, não é uma feira do livro. Nós não vimos a Óbidos como vamos a outras feiras do livro em que existem algumas apresentações de livros e estão lá alguns autores, o Fólio tem muito mais. O Fólio tem um conjunto de exposições que estão patentes, tem muitas manifestações culturais desde a música, à leitura de poesia, à música tecno, a muitas tertúlias, a muitas mesas redondas onde são convidados várias pessoas da sociedade civil, uns mais intelectuais, outros ligados à política, outros ligados à comunicação social, jornalistas entre outros e muitas pessoas que são convidadas em função daquilo que são os vários programas que ao longo das 10 edições, espero não me estar a enganar nas contas, das 11 edições que o Fólio teve, onde as várias temáticas convidam cada um de nós a poder participar e a discutir, discutir no bom sentido obviamente e a partilhar opiniões com muitos daqueles que nós estamos habituados a ver na televisão, a ler nos jornais e nas revistas, a ouvi-los nas rádios, a concordar e discordar sobre muitas opiniões, a partilhar com pessoas que admiramos ou que simplesmente não nos revemos ou identificamos com elas, e temos tido essas oportunidades dentro do Fólio, dentro do Latitudes e dentro de outros eventos. O Fólio tem outra característica também, do ponto de vista daquilo que é a sustentabilidade, seja ela financeira, sociocultural e ambiental. Aqui na perspetiva sociocultural o Fólio e esta Cidade Criativa da Literatura, tem uma componente sociocultural muito importante, é integradora. Quem vem a Óbidos consegue integrar naquilo que é a oferta através das várias empresas



Assembleia Municipal de Óbidos

35

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

de restauração, hotéis e próprios edifícios do municípios que convidam à partilham, os munícipes de Óbidos, e não só, que partilham as suas opiniões e que partilham das suas vivências no evento aqui em particular, que permite uma abertura, uma sensação de partilha, de liberdade, onde podemos discutir um conjunto de assuntos e matérias, e não de apenas das espumas dos dias com muitos daqueles que vêm até Óbidos e partilham daquilo que é a sua sapiência, a sua cultura e os temas que são trazidos. Mas do ponto de vista cultural, como estava aqui a dizer da própria comunidade, a comunidade não foi esquecida a intervir, seja do ponto de vista através do comércio, através do negócio, mas também a participar na apresentação de livros, na apresentação de propostas, na apresentação de performances artísticas, sejam elas das mais variadas naturezas que podemos observar e que todos tivemos a oportunidade de as apreciar. Portanto, esta proposta daquilo que eu li, daquilo que eu me revi, daquilo que eu imagino que poderão ser os próximos 10 anos, é um plano estratégico que irá marcar a cultura como um direito propriamente dito, que transmite uma continuidade e uma responsabilidade deste galardão, deste título, e uma visão política em matéria de cultura. Termino para dizer que pouco tempo depois deste executivo tomar posse, acolho esta proposta com muita satisfação. Apesar de ser um executivo muito jovem, e é do ponto de vista da faixa etária, mas a maior parte, à execução do Senhor Presidente, todos estão na função vereador pela primeira vez. Não foi preciso chegarem, adaptarem-se, ver com o que é, conhecerem, a partir do momento que foram convidados pelo Senhor Presidente para integrar este executivo, presumo que tenham começado a trabalhar, e alguns já tinham pensamento político sobre um conjunto de matérias, portanto, não deixo de cumprimentar o executivo municipal porque chegou, dois meses depois apresentou uma proposta com esta dimensão, porque sabemos o que é que queremos para a nossa terra, sabemos o que é que queremos em matéria de cultura, e esta proposta dá resposta a muitos daquilo que são os desafios e as questões que temos pela frente, os parabéns ao executivo municipal". -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, referiu o seguinte: "Queria aqui só numa perspetiva de clarificar, porque o Senhor Deputado Pedro Maldonado de Freitas fez aqui uma menção que não conhece e não têm que conhecer, do monumento que foi colocado na Praça da Criatividade e, portanto, assim que solicitamos foi montado e ficou disponível para toda a gente ver, queria aqui só clarificar isto e naturalmente, no âmbito das intervenções colocadas, aquilo que foi feito foi uma apresentação formal deste plano estratégico que pode, ou não, ser consubstanciado por este órgão, e é isto que estamos aqui, daquilo que entendo a fazer e efetivamente existe a necessidade de cumprir esse formalismo. Para consubstanciar qualquer plano estratégico, carece desta aprovação no órgão deliberativo e deve ser no órgão fiscalizador". -----

---- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos a favor, e sete abstenções de voto.***-----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.***-----

--- **PONTO DEZ - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A FREGUESIA DE A DOS NEGROS 2026;**-----



Assembleia Municipal de Óbidos

36

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6051, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Presidente da Junta Ricardo Carreira, cumprimentou todos os presentes, e disse: “Sendo a minha primeira intervenção no órgão ainda me cabe desejar um bom mandato a todos os eleitos. Em relação ao ponto em apreço quero fazer aqui uma nota muito breve, certamente merecerá a aprovação do órgão, mas cabe-me dizer o seguinte, é notório o esforço que foi feito por parte do nosso executivo, mas sobretudo o acolhimento que mereceu o apontamento que nós fizemos na reunião com o Sr. Vereador Ricardo Duque no dia 18 de Outubro, quando fiz nota que era justo que se revissem os critérios que sustentavam a transferência de financeiros para cada uma das freguesias, atendendo não só a critérios que eram na altura, pouco claros ou insuficientemente conhecidos pela maioria dos presentes, mas que teria por base sobretudo a demografia e a área de cada uma das freguesias, e o esforço concretizado com muito empenho por parte do Sr. Vereador, com uma lista extensa de critérios que nos pareceram ajustados e que se concretiza agora com alguma diferenciação, mas que honestamente espero, com o trabalho que vamos desenvolver ao longo do próximo exercício, fazer merecer que ainda haja uma diferenciação maior e agradecer também, o reconhecimento do esforço de cada uma das freguesias, concretizado neste significativo aumento dos recursos financeiros, neste caso para a Freguesia de A dos Negros. Boas Festas.” -----

--- O Senhor Deputado Diogo Câmara, começou por cumprimentar todos os presentes e disse:”Esta minha intervenção não se prende em concreto com A dos Negros, mas prende-se do ponto 10 ao ponto 16 e queria dar a nota que, efetivamente, é bom quando vimos que os eleitos dão resposta e cumprem com aquilo que são as promessas eleitorais, enquanto presidente da JSD e jovem, vejo que temos 3 jovens nesta assembleia por parte do PSD, é bom acompanharmos pessoas que cumprem com aquilo que são as palavras dadas, palavra honrada, e acima de tudo quando olhamos para esta proposta que é dada aqui a este órgão, percebermos que em campanha dizíamos, quando percorríamos a estrada, 45 a 60% e estamos perante uma média de 75%, de quase meio milhão de euros que vão para as juntas de freguesia e que percebo, é preciso sempre cada vez mais, é preciso transferir competência, poder às juntas de freguesia porque são elas que estão junto das pessoas, junto da nossa comunidade e são elas que fazem acontecer. Por isso termino desejando um excelente mandato a todos os deputados, a todos os presidentes de junta de freguesia e que consigamos melhorar todos os dias as vidas os Obidenses”. ---

--- A Senhora Deputada Ana Sousa interveio dizendo : “A minha apreciação, primeiro, as minhas dúvidas também se prendem do ponto 10 ao 16, não é em particular com esta freguesia e, portanto, a minha intervenção também abrange todas as freguesias. Ponto um, não me recordo e não tive oportunidade de verificar a primeira questão que é esta, estão a ser ou não transferidas mais competências para as juntas de freguesia face ao ano anterior, ou mandato anterior? Essa é a primeira questão que colocava. Depois tentar perceber como é que foi determinado o custo unitário que está aqui mencionado nas contas, como é que foi achado este número? Depois também uma outra dúvida, que é as limpezas rurais e vicinais, se não é já uma competência própria da junta de freguesia? Por último, do ponto de vista da apreciação mais política, dizer que os Senhor Vereador fez um bom



Assembleia Municipal de Óbidos

37

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

trabalho, sem dúvida nenhuma, a informação está clara à exceção destas dúvidas que para mim subsistiram, portanto para nosso grupo subsistiram, mas depois gostava de contradizer um bocadinho aquilo que é afirmado aqui no documento que se diz que “as juntas de freguesia deixam de ser meros executores”. O documento que nos é presente em termos de transferência de competências não revela isso, portanto, aquilo que parece é que nós estamos a continuar a manter as juntas de freguesia como meros executores, de atividades menos, não diria menos relevantes porque elas são relevantes para a freguesia, mas tratam-se daquelas que são meros executores, de facto, daquilo que é competência ainda da câmara, porque não a deixa passar na totalidade e vamos passar agora, portanto, não é dada às juntas de freguesia aquilo que podia aumentar o seu orçamento, por via da arrecadação de receitas das outras alíneas que não são transferidas e, portanto, dizer que este documento, esta transferência, deixa de transformar as juntas de freguesia como meros executores, permitam-me mas eu discordo porque não parece que é isso que o documento diz. Portanto, gostaríamos que de facto, todas as competências que a lei atribui às juntas fossem para as juntas de freguesia, porque isso sim, seria uma verdadeira transferência de competências e, isso sim, seria honrar o que a lei já estabelece há muito tempo.” -----

--- O Senhor Presidente da Freguesia do Vau, cumprimentou todos os presentes e referiu:” Quero dizer o seguinte nesta minha intervenção, deixar um agradecimento muito sincero na forma como decorreram as recentes reuniões, que aconteceram entre o executivo da Câmara Municipal e neste caso, o Senhor Vereador Ricardo Duque. Em particular destacar a postura dialogante, disponível e construtivo do Senhor Vereador que tem naturalmente o pelouro das freguesias e que com quem foi possível manter um diálogo franco, objetivo e sempre orientado para a procura de soluções. Este é o espírito de cooperação que nós necessitamos, permitiu alcançar um entendimento claro, equilibrado e acima de tudo crucial para as freguesias. No que diz respeito à majuração do acordo de execução, sei que não é ainda aquilo que estamos aprovar hoje, hoje estamos apenas a aprovar aquilo que é as transferências de competências, e que na verdade essas transferências de competências já existiam e, portanto, é com grande satisfação que as vejo naturalmente a serem aumentadas, porque embora já esteja em funções a algum tempo, sei que é uma necessidade, aliás, todos os presidentes de junta que aqui estão, sabem bem reconhecer que é uma necessidade urgente daquilo o aumento das verbas do acordo de execução para as freguesias. Portanto, reconheço naturalmente aqui o papel do Sr. Vereador nesta disponibilidade, que se traduz numa necessidade fundamental das freguesias, quer na proximidade das populações e na resposta às necessidades do território. Este para mim, e acredito que este seja um ponto ou de todos, e eu estou aqui a falar neste ponto da Freguesia de A dos Negros, mas que acredito naturalmente que todos eles sejam votados por unanimidade, portanto, este é sem dúvida um caminho que importa continuar a fazer em conjunto com a Câmara Municipal e com as juntas de freguesia, com responsabilidade institucional, respeito mútuo e sentido de compromisso, sempre em prol do nosso concelho e da sua gente. Aproveito este momento para desejar um feliz Natal a todos e umas boas entradas para 2026.” -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse:”Não querendo fazer uma redundância em



Assembleia Municipal de Óbidos

38

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

relação aquilo que foi a nossa primeira intervenção, da bancada parlamentar do PSD, mas para fazer referência àquilo que é, obviamente, a importância desta delegação de competências, no que concerne à forma como ela foi construída e, portanto, o executivo procura as juntas de freguesia, reúne e discute aquilo que são as possibilidades das competências que pode e consegue delegar e contratualizar e na dimensão que não deixa de ser extraordinária face aquilo que eram os valores de outros anos. Contudo, é óbvio que há um conjunto de transferências que não podem ser delegadas porque a caracterização do nosso concelho no que diz respeito à maior parte das juntas de freguesia são freguesias tendencialmente rurais e agrícolas, portanto, o conjunto de competências que são atribuídas são em função daquilo que é a capacidade de intervenção das próprias juntas de freguesia. Seria um bocado estranho para mim que o Senhor Vereador e vice-presidente delegasse um conjunto de competências que as próprias juntas de freguesia, em função daquilo que é a sua orgânica e estrutura, que não têm capacidade para as executar, seria um presente envenenado, e estamos na época natalícia, portanto, seria um presente envenenado. Portanto, relativamente ao conteúdo e à reivindicação por parte das juntas de freguesia, e já tivemos a oportunidade de ouvir dois presidentes de junta, curiosamente eleitos em lista independentes, e, portanto, não têm uma aproximação direta a esta bancada parlamentar do PSD e quer, pelo presidente da junta do Vau e pelo presidente da junta do A dos Negros, quer um quer outro manifestaram a forma positiva como as reuniões decorreram, abertura, franca, honesta, e daquilo que nos foi dado a conhecer e a perceber estão agradados com esta primeira abordagem, com as competências que foram delegadas e, acima de tudo, com as verbas que lhes foram atribuídas. Acredito que esta monitorização será feita entre a Câmara Municipal e as respetivas juntas de freguesia, este acompanhamento será feito e estou em crer que estas competências poderão ser aumentadas se as juntas de freguesia manifestarem essa vontade e essa capacidade para as fazerem ou serem devolvidas à Câmara Municipal, se esta entender que as consegue desempenhar melhor. Aquilo que eu depreendo é que a Câmara Municipal viu em cada uma destas juntas de freguesia um conjunto de competências e capacidades que as pode desempenhar bem e por isso é que contratualizou estas competências. Portanto, era apenas isto que eu queria dizer.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta Hélder Mesquita pediu a palavra e disse” Pronto, vou falar um bocadinho, era para falar quando falássemos do Olho Marinho, mas pronto, fica já para ficar despachado. E não poderia aqui deixar de dizer e agradecer aos restantes presidentes de junta, mas a Câmara de Óbidos ter a coragem de ter reforçado significativamente a delegação direta de competências, porque antes eram contratos interadministrativos, e estamos a falar aqui de siglas, porque eu não conheço nenhuma junta de freguesia, já ca tive há uma serie de anos, que não faça nada do que vem para aqui que não tenhamos feito. E, portanto, queria aqui deixar essa nota de coragem porque nenhuma,nós sempre falamos aqui neste órgão, os presidentes da junta sempre pediram mais dinheiro, mas também sempre foi dito que a Câmara Municipal quando tivesse condições, isto vai sempre parar a contas, não pense que a Câmara Municipal nos vai dar agora um aumento do 74% em media, e que depois daqui mais um ano ou dois ou quatro nos vá tirar isso, ou seja, é necessário começar a ter as contas rigorosas para continuar e



Assembleia Municipal de Óbidos

39

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

poder avançar para um outro patamar. Portanto, não é só a delegação de competências com o reforço financeiro, tal como ali o Ricardo já falou, também tem a ver com eficiência. As juntas de freguesia têm uma eficiência completamente diferente nos serviços de proximidade à junta, e quando estamos a falar “ah, mas falta delegar outras competências!”, como lhe disse anteriormente nós fazemos tudo o que é necessário, não pensem que vai algum freguês perguntar, e que sabe que a junta tem dinheiro, e que diga assim “olha preciso de uma tampa de esgoto!” “ah, isso não é a minha competência!”, não, nós ou temos mais dinheiro isso é resolvido na hora, ou um sinal, ou um espelho partido, porque nós temos facilidade, juntas de freguesia, enquanto a câmara tem que fazer procedimentos se calhar para comprar 10 sinais, um procedimento demora 6 meses, nós temos muito mais facilidade em diretamente conseguir adjudicar isso e responder ao nosso freguês. E por último, e também já foi aqui referido, e eu acho que deveria deixar esta nota e que penso que é de conhecimento de toda a gente, todos os projetos que existem, que a câmara irá avançar com os Jardins de Infância em várias freguesias, os passeios da estrada principal de Olho Marinho, entre outros, Espaço Multiusos, ou seja, é um esforço enorme e eu torno aqui a dizer para este executivo em 40 e poucos dias fazer esta delegação de competências, falando com todos, e ao Ricardo nomeadamente, ele e a equipa dele com quem nós trocamos muitas mensagens e em cima da hora, porque tivemos que aprovar isto e também os nossos orçamentos, nos nossos órgãos. E, portanto, não queria deixar aqui de enaltecer isso à Câmara.” -----

--- O Senhor Deputado José Marques interveio dizendo “Só fazer aqui um resumo daquilo que nós ouvimos aqui sobre estes assuntos. Eu penso que face aquilo que o executivo municipal, o esforço que foi feito pelo seu executivo para proporcionar às juntas melhores condições e melhores capacidades de resposta junto dos seus fregueses, as expectativas agora são muito altas e, portanto, eu gostava de que as expectativas de todos os fregueses do nosso concelho têm acerca da resposta que é expectável dos vários assuntos que, só quem lida numa junta de freguesia, nomeadamente os Senhores Presidentes, com tudo o que lhe aparece, seja realmente uma resposta mais rápida, uma resposta mais eficaz, porque é isto que as pessoas depois vão dizer. Sabendo que as juntas têm mais capacidade, as pessoas também vão exigir melhores respostas e respostas mais rápidas, seja sobre qualquer assunto, e também, de alguma maneira, eu penso também que para o cidadão, para o munícipe, para o freguês é bom que nós entendemos que a hierarquia do poder municipal deve ser respeitada, ou seja os problemas são normalmente levados à junta, a junta se tem capacidade de resposta deve-os resolver, se não tem capacidade de resposta pede apoio ao executivo municipal e depois as respostas com certeza virão. De modo que, é extremamente importante que as juntas de freguesia, na minha modesta opinião, cada vez mais tenham um papel mais importante junto dos nossos munícipes no sentido de eles perceberem que os problemas são numa primeira fase apresentados nas juntas e as juntas depois, ou têm capacidade de resposta ou vão à procura, no mais curto espaço de tempo, de uma resposta. Porque as expectativas cada vez são mais altas, as pessoas cada vez são mais exigentes, muita gente só pensa que tem direitos e tem pouca apetência para os deveres que também tem. De modo que deixo este repto aos nossos presidentes de junta, desejo-lhes as maiores felicidades para aquilo que lhes vai esperar a



Assembleia Municipal de Óbidos

40

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

qualquer nível dos assuntos executivos, e que, efetivamente, nós daqui por um ano tínhamos a sensação que valeu a pena investir, valeu a pena melhorar as condições, porque os resultados estão à vista de todos. Seja dos que residem, seja daqueles que nos visitam".-----

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e interveio dizendo "Bom, é um tema muito importante, e agradecer a oportunidade de intervir neste ponto e até ao ponto em relação à Junta de Freguesia do Vau a minha posição é naturalmente igual em todas as 7 freguesias e, portanto, dar-vos aqui nota, agradecer todo o reconhecimento do trabalho deste novo recente executivo e reforçar aqui uma vez mais, aliás, fazendo aqui uma vez mais esta referencia a este que é o pelouro do Vereador Ricardo, um pelouro que acaba por ter aqui uma exposição mais próxima, todo o executivo tem aqui um papel determinante em relação a este processo, mas também não poderia de maneira nenhuma deixar de fazer referencia, até porque aquilo que de alguma forma fomos manifestando e o Senhor Deputado Diogo Câmara fez aqui uma boa ressalva, que nós prometíamos mas cumpríamos, mas nós não cumprimos aquilo que prometemos, de alguma forma, ultrapassamos aquilo que era a nossa previsão com todo o rigor orçamental que se exige nas nossas funções de exercício publico, mas acima de tudo sentimos que podíamos ir mais além, e poderíamos ir mais além, e a referencia que eu queria aqui fazer não tem funções executivas mas tem responsabilidade financeiras na autarquia, é uma referência à Doutora Alexandra também pela, eu diria, ser técnica contabilística e financeira do município já é um desafio por si só, sendo munícipe e pensar bem que é preciso criar mais critérios do que aqueles que estavam definidos. Mais do que o quilometro quadrado e o número de habitantes, é isto que nos diferencia relativamente a outros concelhos. E, portanto, nós rejeitamos pura e simplesmente aquilo que vinha do passado, ou seja, eu diria com todo o respeito, um mero acordo de execução para com as Juntas de Freguesia colocando isto na senda de transferência de competências e recursos, estas competências e recursos são importantes para que se terminem com diferenças tão significativas como a via, nomeadamente com a Freguesia do Vau ou a Freguesia das Gaeiras, cada uma no seu sentido e responsabilidade que tem no território, uma é mais urbana outra é mais rural e, portanto, têm aqui dificuldades cada uma delas acrescida na sua dimensão, mas acima de tudo esta proposta que é apresentada reflete essencialmente aquilo que é a natureza do seu território e que se cumpra em função da capacidade financeira, a necessidade de serviço público na sua freguesia. Porque freguesias fortes são naturalmente um concelho pujante, e naturalmente um concelho mais atrativo, um concelho que consegue gerar maior capacidade de atratividade, esta foi, acima de tudo, gerada esta capacidade de produzir o documento onde nós já sabíamos exatamente aquilo que queríamos num processo ainda de candidatura, à responsabilidade de 2025/2029, e as coisas só acontecem por duas razões, por sabermos exatamente onde é que estávamos e por onde é que queríamos ir, por termos efetivamente também condição financeira para o podermos fazer, mas acima de tudo, por a demonstrada competência do órgão executivo em cumprir com aquilo que se tinha pré definido, e podermos cumprir com aquilo que é aqui apresentado no âmbito, e acho que a resposta à Senhora Deputada Ana Sousa, é dada na intervenção do Senhor Presidente de Junta Hélder Mesquita, as juntas de freguesia vão efetivamente receber mais



Assembleia Municipal de Óbidos

41

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

dinheiro para aquilo que já estavam a fazer, e não recebem todas as competências porque há competências que não fazem sentido, na tipologia do território, que sejam transferidas para as juntas de freguesia. Assente em multicritérios, respeitando o número de eleitores, o número de habitantes, número de quilómetros quadrados, o número de quilómetros de rede viária, o número de vias mais ligadas à parte urbana, o número de metros quadrados de jardins, de espaços verdes, de respostas educativas que tem que garantir a sua manutenção e, naquelas que tem responsabilidade, como é o caso do Olho Marinho com a Escola Básica do Furadouro, a Junta de Freguesia de Gaeiras com o Alvito, e a Amoreira e de Santa Maria e São Pedro e Sobral da Lagoa com a dos Arcos, poderem de alguma forma ser majorados também por um aumento de responsabilidades. O que é que acontece com esta maior dotação? Acontece o que já foi aqui referido, uma maior justiça naquilo que são as suas atribuições enquanto autarcas para poder prestar um melhor serviço na nossa comunidade, com isto uma maior proximidade, uma maior agilidade que é importante também nos dias que correm, e se há pouco referia a dificuldade que uma autarquia tem, uma câmara na contratação pública, a junta de freguesia terá aqui, naturalmente, uma maior agilidade nestes processos. Depois também com esta maior dotação financeira, uma maior agilidade, uma maior autonomia, diria, nas próprias juntas de freguesia prestando, naturalmente, um melhor serviço público à nossa população que é aquilo que todos desejamos. Para isso foi preciso clarificar que em 2021/2025 nós subimos acima daquilo que foi a inflação, eu tive a oportunidade, estávamos em Gaeiras num encontro onde ainda não era Presidente da Junta de Freguesia o atual Presidente de Junta Pedro Vieira, onde se manifestava que a Câmara Municipal de Óbidos há data tinha aumentado 17% o valor dos acordos de execução para aquele mandato, era um valor que ninguém tinha feito este aumento em 2021/2025. Neste momento aumentamos em média 75%. E foi aqui referido, salvo erro, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Olho Marinho, a ideia de nós renovarmos este compromisso anualmente, como pretendemos, eu entendo a palavra do “ato de coragem”, mas isto não é um ato de coragem é um ato de certeza. Nós temos a certeza que o dinheiro que vai ser aplicado nas Juntas de Freguesia haverá, como dizia o Senhor Deputado José Marques, uma maior perceção por parte das pessoas naquilo que são o exercício das suas funções, há melhores condições para trabalhar, podemos contratar mais recursos humanos para não andarmos, frequentemente, com trabalhos atrasados, podemos, efetivamente, fazer aquela obra tão necessária ou desenvolver aquele projeto para que, e era aqui que eu queria entrar também, nós possamos de alguma forma dar um outro passo que, ainda aqui não foi falado mas que é importante, que é termos também os contratos interadministrativos, alguns deles vão ser celebrados dentro em breve, mas aqueles que possam ser celebrados durante este mandato 2025/2029, ou seja, vocês têm a capacidade, com esta dotação financeira, de chegar junto da Câmara Municipal de Óbidos, do órgão executivo e dizer “meus amigos, eu gostava de fazer isto na minha freguesia”, e fazendo sentido naturalmente, a Câmara poder suportar este valor, este investimento, porque é estratégico para a freguesia, mas também, o é no âmbito do município. E também não o avançamos na parte final do mandato por uma questão lógica, de poder haver novos executivos, mantemos o compromisso dos 700 mil euros mais IVA, divididos pelas 7 freguesias no âmbito da aquisição de máquinas e equipamentos. Ora, se



Assembleia Municipal de Óbidos		42
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

havia a possibilidade de haver executivos diferentes, quisemos naturalmente que as pessoas pudessem escolher em função daquilo que é a necessidade para o próximo mandato. Este aumento de, em média, 75,11%, efetivamente, dá-nos aqui uma certeza de que seguramente vamos fazer um melhor serviço para o nosso concelho, um melhor serviço para as Juntas de Freguesia e, acima de tudo, um grande reconhecimento por parte dos nossos munícipes na senda do desenvolvimento contínuo do nosso território. E para já era esta intervenção que pretendia fazer”. -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO ONZE - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A FREGUESIA DE AMOREIRA 2026;

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6055, acompanhado da devida documentação. -----

--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO DOZE - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A FREGUESIA DE GAEIRAS 2026;---

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6057, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gaeiras, cumprimentou todos os presentes e disse:” Quero aqui deixar uma frase que um ex-primeiro ministro, “palavra dada é palavra honrada”, e em meu nome e em nome da Junta de Freguesia de Gaeiras e da população que represento, expressando um profundo e sincero agradecimento pela proposta de reforço de verba no contrato de transferência de competências e recursos entre o município de Óbidos e a minha junta de freguesia. Este novo contrato que representa um reforço superior a 80% face ao anterior é muito mais do que um ajustamento financeiro, é um sinal claro de confiança institucional, de reconhecimento do trabalho desenvolvido pela nossa junta e, acima de tudo, de uma visão partilhada sobre a importância da proximidade na gestão de território e na resposta às necessidades concretas dos gaeirenses. E, portanto, também sublinhar que este passo demonstra o forte espírito de cooperação entre o município e as freguesias, com a criação do seu gabinete de apoio liderado pelo Vereador Ricardo, que desde o início do mandato tem sido baseado no diálogo, igualdade institucional e no objetivo comum de servir melhor as pessoas. A este modelo de governação de proximidade que fortalece o poder local e valoriza o papel das juntas de freguesia. Quero por isso agradecer ao executivo da Câmara Municipal, este é o momento positivo para as Gaeiras e o exemplo de boa pratica de cooperação institucional no concelho de Óbidos. Em nome da Junta de Freguesia de Gaeiras reafirmo a nossa total disponibilidade para continuar a trabalhar em estreita articulação com o município, sempre com o objetivo de construir um concelho mais coeso, mais equilibrado e mais próximo. Muito obrigado! Aproveito também para desejar umas boas festas a todos”. -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor



Assembleia Municipal de Óbidos

43

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO TREZE - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A FREGUESIA DE OLHO MARINHO 2026; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6058, acompanhado da devida documentação. -----

--- Não se tendo intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO CATORZE - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E SOBRAL DA LAGOA 2026; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6059, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Deputado João Paulo Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e referiu, “Eu só queria dizer que isto é uma lei de 2019. Nós em 2020 e 2021 discutimos aqui na Assembleia, portanto, sempre a questão do prolongar e não, porque isto são as competências da junta de freguesia a partir desse ano 2019. Eu como presidente na altura, estamos a falar logo no primeiro ano de mandato 2021, elaboramos, portanto, o executivo e funcionários que tiveram todo o mérito e muito trabalho que ali o realizaram e que nunca foi, portanto, esse trabalho, porque se eu agarrar aos valores em que nós fizemos todo esse levantamento, que já foi falado e é de exaltar o trabalho, e acho muito bem, e dar os parabéns por isso. Só que, agora vou dizer uma graça, com Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa estão em dívida muito dinheiro em 4 anos. Porque isto começou agora, mas devia ter começado em 2021. Em 2021 devia ter começado todo este trabalho, portanto, estamos com 4 anos de atraso, eu digo Santa Maria e todas as outras juntas também em si, porque os valores já nessa altura, já eram as dificuldades todas apresentadas, por todas as juntas de freguesia e não foram atendidas durante todo esse tempo. Não levem esta forma de estar a falar a mal, mas é a forma de mostrar que este trabalho devia ter começado muito cedo. Estamos a falar de uma lei de 2019, teve o prolongamento, eu acho muito bem, os dois anos a questão do mandato acabar e que havia o contrato feito nessa altura, tudo bem, é correto. Mas em 2021 este trabalho tinha que ter começado, este trabalho está atrasado com 4 anos. Era só” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e interveio dizendo: “ Senhor Deputado João Rodrigues em relação à intervenção que faz. Eu diria também em jeito de comentário que também quem diz aquilo que quer sujeita-se a ouvir aquilo que não gosta. E eu, naturalmente, que fico sensibilizado com as necessidades de cada junta de freguesia, porém foi pelo executivo anterior várias vezes e na minha pessoa evidenciado que a forma como quis conduzir a freguesia da qual era o líder do destino, ainda que, não tivéssemos tido muita presença da sua parte, diga-se de passagem, nós sentimos que a gestão feita por aquela autarquia em muitos momentos nos levou quase a pensar em revogar o acordo de execução que tínhamos com a junta de freguesia pelas manifestas reclamações que



Assembleia Municipal de Óbidos

44

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

ouvimos por parte dos fregueses em relação à política que tinha sido seguida pelo executivo da junta de freguesia. E, portanto, não era uma questão de dinheiro no nosso entendimento do mandato anterior, era uma questão de gestão da autarquia das quais vocês são responsáveis relativamente a essa matéria. Aquilo que nós fizemos foi um aumento superior em relação ao período de inflação à data que era cerca de 7% e fizemos o aumento de 17%. Portanto, nós revimos, sem ter conhecimento de um histórico em relação ao mandato que vinha de trás e ao acordo de execução que vinha de trás de 2019, fizemos um aumento de 17% para fazer face ao aumento das despesas superior ao valor da inflação, e, portanto, foi esse o nosso racional. Neste momento as coisas subiram consideravelmente, continuam a subir e sentimos que era necessário fazer este tipo de atualização em relação aquilo que nós perspetivamos para o futuro". -----

--- O Senhor Deputado João Paulo Rodrigues, disse: "Estar ausente é mentira, 1º ponto. Eu nunca estive a tempo inteiro, eu estive os dois mandatos a meio tempo, o 2º mandato tive a meio tempo, dei meio tempo a outro elemento do executivo. No 3º mandato fico simplesmente com as compensações e ficou um elemento do executivo a regime de tempo inteiro e exclusividade. Mas nunca e nas reuniões que debatemos este assunto faltei alguma dessas reuniões e nunca faltei em nada porque a junta, é como eu digo, a junta é um executivo, o presidente tem o seu direito e o poder de ter dado o regime de exclusividade a tempo inteiro a um dos elementos, agora nunca estive ausente. Está bem? Foi uma grande junta que ganhei, fiz 3 mandatos, o povo assim o decide, a nível das reclamações que possa ter havido ou não havido. De resto a gente sabe sempre que a política está sempre à frente. Nada mais, parabéns, só peca por vir tardio, devia ter vindo mais cedo. É sempre em prol dos fregueses, os dinheiros. Se nós fossemos malandros? Se ficássemos com ele? Mas não! Os dinheiros que vem são para ficar no banco e são para ser feitos em prol dos fregueses e da freguesia". -----

--- O Senhor Presidente da Câmara interveio de seguida: "Dizendo só para terminar e vai ser a minha última intervenção em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado João Rodrigues. O mandato para mim não se resume a duas reuniões, e, portanto, não foi com base em duas reuniões que o Senhor Deputado evidenciou ao executivo em funções, nós fazemos um balanço, a ausência que eu me refiro não é uma ausência por mim notada, felizmente não precisei dos serviços da junta de freguesia a título pessoal, mas era manifestada frequentemente pela população que o elegeu, mas que o elegeu a pensar que o senhor ia estar a tempo inteiro, como de resto teve a oportunidade, o atual presidente de junta, antes de ser eleito manifestar ao que é que vinha, e as pessoas contam com alguém que é eleito para estar a tempo inteiro, e, portanto, não faltar a essas reuniões acho que é o mínimo que um autarca deve fazer a respeito da honra que o povo lhe dá". -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO QUINZE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A FREGUESIA DA USSEIRA 2026;** ---

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6060, acompanhado da devida documentação. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		45
Ata n.º 3	Sessão Ordinária de 19.12.2025	

--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO DEZASSEIS - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A FREGUESIA DO VAU 2026;

---Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6061, acompanhado da devida documentação. -----

--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO DEZASSETTE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2026;

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6066, acompanhado da devida documentação. -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa interveio dizendo: “Antes de entrar no ponto propriamente dito, queria fazer um comentário, aquilo que assistimos aqui foi outra vez uma cena, desculpe a expressão, um bocadinho deplorável, penso que Assembleia dispensava do que aconteceu. Essa conversa não trouxe nada de bom para o que estávamos a discutir, muito menos trouxe algo que viesse a acrescer aquilo que era o assunto em discussão. Mas ainda assim, devo-lhe dizer que a junta de freguesia em que estávamos a falar, que o atual membro da Assembleia João Rodrigues foi presidente de junta, foi a única que lhe fez uma proposta de transferência de competências. Portanto, acho que só por essa situação acho que tudo o que foi dito foi um bocadinho fora de tempo. Centrado aqui no mapa de pessoal, que é isso que nos trás aqui, este mapa de pessoal é um instrumento de trabalho da Câmara que se corre de um conjunto de outros instrumentos, desde logo do regulamento da estrutura orgânica da Câmara, que nós na última Assembleia Municipal tivemos aqui a oportunidade de nos pronunciarmos sobre a respetiva alteração. Nessa sequência, tanto quanto tivemos conhecimento foi aprovado no órgão executivo, como assim também é determinado por lei, o respetivo regulamento da estrutura orgânica da Câmara Municipal e depois, nessa sequência também, o mapa de pessoal. Eu estou a dizer isto não é por acaso, para chegar ao ponto onde quero chegar. Tendo em conta o documento que suporta o mapa de pessoal, que foi elaborado também pelo Vereador Ricardo Duque, e que de fato também demonstra a estrutura da Câmara em termos dos seus serviços, e contrapondo essa informação que acompanha o mapa de pessoal e o próprio mapa de pessoal, tendo em conta as designações do mesmo em termos de divisões, de serviços e por aí fora, portanto, confrontando todo este mapa com o tal regulamento que foi aprovado no órgão executivo e que, já agora, por ele ter sido alterado teria sido alguma cortesia da parte da Câmara Municipal dar conhecimento à Assembleia, não é obrigatório, naturalmente, mas faria sentido que desse conhecimento à Assembleia, e aí sim nós poderíamos então confrontar esse regulamento com a informação que nos é presente e o mapa de pessoal. E pronto, não tendo vindo e tendo eu tido conhecimento desse documento, tenho algumas duvidas, porque me parece que este mapa não cola, digamos assim, com o regulamento da estrutura das unidades flexíveis. E isso remete para uma outra questão que é o decreto



Assembleia Municipal de Óbidos

46

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

de lei que regulamenta, exatamente, as estruturas das câmaras municipais, que eu tive a oportunidade já de dar uma vista de olhos na transversal e que não define, em termos das estruturas dos serviços, não são previstos gabinetes, os únicos gabinetes que a lei permite às autarquias locais são os gabinetes que estão previstos na lei das autarquias locais, que são aqueles gabinetes de apoio quer aos vereadores quer ao próprio Presidente da Câmara, portanto, ainda que já em anteriores estruturas lá constassem esses tais gabinetes, já tinha algumas dúvidas, agora perante a alteração do regulamento, perante a discrepância que este mapa de pessoal me apresenta face ao regulamento que foi aprovado no órgão executivo, nomeadamente, e posso aqui desde logo falar, gabinete de apoio ao agricultor, eu não encontro em lado nenhum dentro desse regulamento, a não ser no organograma, este gabinete de apoio ao agricultor, mas que agora consta no mapa de pessoal com funções, portanto eu não sei como é que um mapa de pessoal pode determinar funções quando elas não estão previstas num próprio regulamento de uma estrutura da Câmara Municipal. Por exemplo, a polícia municipal, foi criado, foi autorizado, mas no regulamento não está lá quais é que são as funções da polícia municipal, ainda que fosse uma transposição daquilo que é o decreto de lei. Como é que depois o mapa de pessoal pode definir os conteúdos funcionais de cada um destes postos de trabalho que não estão previstos neste regulamento, e, portanto, provavelmente os senhores terão umas respostas para estas minhas dúvidas e que, naturalmente, pedia o favor de me explicarem que é um ponto bastante importante”. -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse: “A proposta que nos foi remetida é para dar cumprimento aquilo que é a força da lei e, portanto, como a Senhora Deputada referiu no decreto de lei que regula a organização e estrutura do funcionamento dos serviços da administração autárquica e, portanto, nos princípios da eficácia, da aproximação dos cidadãos, enfim, um conjunto de considerações, desburocratização, da qualidade dos serviços, e no mesmo decreto tem identificado o que é considerado unidade orgânica que são as unidades lideradas por pessoal dirigente do município de Óbidos designado por divisões e subdivisões, e as subunidades orgânicas que são as unidades lideradas por pessoal com funções de coordenação, neste caso no município de Óbidos designadas por secções. E o artigo 6 do 305 a determinação é clara para nós, determinar as competências da Assembleia relativamente à estrutura da organização dos serviços municipais, nomeadamente, aprovar o modelo da estrutura orgânica, aprovar a estrutura nuclear definidas correspondentes unidades orgânicas nucleares, definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, definir o número máximo de total de subunidades orgânicas, definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como, o estatuto remuneratório dos chefes de equipa e por último, definir o número máximo das equipas de projeto. Portanto, cumprindo os formalismos legais necessários, o assunto é remetido à Assembleia Municipal, portanto, a proposta que nós recebemos cumpre na integra aquilo que é a interpretação que nós fazemos da lei nesta matéria, portanto, as subunidades orgânicas coordenadas pelo coordenador técnico podem ser criadas, quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva no âmbito das unidades orgânicas, por despacho do Senhor Presidente da Câmara e dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal dos artigos respetivos. Portanto, os gabinetes são estruturas de



Assembleia Municipal de Óbidos

47

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

apoio direto ao presidente, criados por despacho para funções específicas sem serem unidades orgânicas formais. Portanto, relativamente a esta matéria nós não temos dúvidas e esta proposta daquilo que se trata não é apenas sobre o ponto A e B, mas sim garantir que a partir de 2026, porque estamos no final de 2025, Óbidos tenha as equipas mínimas necessárias para cumprir aquilo que a lei determina, executar os seus planos de atividades e servir a população com a melhor orgânica possível na função daquilo que são as especificidades e as funções de cada uma delas". -----

--- O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo :” Senhor Presidente, eu não sei se deva falar, pelos vistos querem-me silenciar hoje, não posso piscar os olhos, piscar as pálpebras, é deplorável tudo aquilo que eu falo, acho que a Senhora Deputada Ana Sousa está muito sensível hoje, não sei se é por estar próximo do Natal, mas eu é que acho lamentável estarem-se a insinuar aqui ações, como de resto teve a oportunidade de fazer no outro órgão, que eu aqui não vou elencar, não vale a pena, não é para isso que cá estamos hoje, mas isso é que acho lamentável, eu ser confrontado com uma situação e não poder responder. Isso é lamentável. Em relação ao ponto acho que o Deputado Ricardo Ribeiro transcreveu aqui exatamente aquilo que é, daquilo que decorre o artigo 6º do decreto de lei 305/2009 de 23 de outubro e em relação a isto isso é claro em relação a esta matéria, mas lamento, naturalmente, esta tentativa de me silenciar, mas seguramente não vai acontecer.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Bom, se para vós é claro, para nós não é nada claro, voltamos à mesma questão e não é nada claro que a justificação que aqui foi dada e o artigo que foi lido, não contrapõe nada daquilo que eu referi. Volto a referir se for preciso e a ver se assentamos o ponto. É claro que este órgão municipal tem que aprovar o mapa de pessoal, é pacífico para todos nós essa questão. A questão que se coloca é quando este mapa de pessoal que aqui está presente não está em consonância com o regulamento que foi aprovado no órgão executivo, é essa a 1º questão, 1º ponto. 2º ponto, os gabinetes, tirando os de apoio à presidência e à vereação que estão previstos no artigo 45, se eu não estou enganada, da lei das autarquias locais, que dá a competência ao presidente para criar esses gabinetes, tirando esses dois, onde é que está a competência, ao abrigo de que lei, é que todos os outros gabinetes foram criados? Porque se são estruturas orgânicas flexíveis como foi defendido pelo Deputado Ricardo Ribeiro, então eles têm que constar na estrutura orgânica da Câmara com funções definidas, que não está. E portanto, se para vocês é muito claro, para nós não é nada claro. E agora, já agora, em questão do formalismo vou aproveitar para fazer aqui uma comparação. Este mapa já foi para a DGAL? Não foi. Vai ter que ir, não é! Se não vai para a DGAL, vai ter que ir para outro órgão da administração depois das autarquias locais. Então porque é que não o mandaram já antes de o aprovarem aqui em Assembleia? É a mesma coisa de há um bocadinho da cidade da UNESCO. Portanto, estou a fazer a comparação de que, ninguém se arrisca a mandar o mapa de pessoal para um órgão, enquanto não for aprovado pelo órgão competente, mas, no entanto, fizeram-no em relação ao outro plano. Estou a fazer aqui a comparação. Voltando à questão de cerne, como digo, se vocês estão tranquilos com isso, nós não estamos e de facto não é, digamos uma ameaça, mas de facto esta situação vai ser reportada porque não me parece que haja legitimidade para aprovarmos neste órgão este



Assembleia Municipal de Óbidos

48

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

mapa de pessoal. Gostaria que vocês nos fundamentassem porque a chefe de divisão não o diz, ao abrigo de que normas é que este mapa de pessoal se sustenta? E era só isto, era tão simples que as coisas viessem claras, não vem, portanto se para vocês é muito simples, para nós temos todas as dúvidas”. -----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc interveio e disse:”Da minha parte e da nossa parte não é claro e também há aqui uma questão técnica-jurídica que pode ser da maior importância que é, sendo o mapa de pessoal por si só, e aqui a aprovação do mapa de pessoal na Assembleia Municipal, advém de todo um procedimento administrativo anterior. Passa pela aprovação dos regulamentos, da Câmara e depois vem a Assembleia Municipal o mapa de pessoal, ou seja, não são atos isolados por si só nem estanques, todos estes atos, o mapa de pessoal é uma consequência de todos os atos administrativos anteriormente praticados. Agora pergunto eu, é possível que a Câmara proceda, uma vez que não há coincidência exata entre os postos criados, entre o mapa de pessoal e o regulamento? É possível paga-los? E nomear as pessoas só com o que está no mapa de pessoal? Não estando previsto no regulamento, sendo que o mapa de pessoal depende da aprovação desse regulamento? Eu tenho dúvidas que o pagamento a estas pessoas que venham a ser nomeadas possa ser feito. Porque carece de fundamento. Porque o procedimento administrativo anterior, do qual o mapa de pessoal, e aqui a aprovação no mapa de pessoal é digamos que reta final e é o final deste procedimento para depois legitimar as contratações, eu tenho duvidas que isso possa acontecer. Mas isto aqui é eminentemente, nem é uma consideração política, é uma questão técnica, precisamente porque o mapa de pessoal é o ultimo ponto, por assim dizer, do processo. E é todo um processo administrativo decorrente. Ora se o regulamento não prevê e não é exatamente coincidente com o mapa de pessoal, como é que a Câmara vai provar, vai pagar a pessoas que não estão previstas, cujas as funções ou os cargos não estão previstos no regulamento do qual depende o mapa de pessoal. Ou seja, não estão previstos na estrutura, portanto, eu até além de todas as considerações políticas, primeiro está uma questão...não sei se a Câmara tem algum parecer jurídico nesse sentido, ou se a senhora chefe de divisão foi consultada sobre este assunto, portanto, eu penso que este é um assunto de grande importância, e a menos que esteja aqui alguém especialista nesta área, pedia que possamos ter hoje uma resposta, algo plausível desta questão que nós estamos a colocar, e obviamente ninguém quer ver a Câmara metida em questões de pagamentos indevidos, que não tem que ver com o facto se a pessoa foi contratada tem que ser paga, não é isso que está em causa, mas não me parece que seja possível isto acontecer nesta forma. Posso estar errada, mas não me parece”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara interveio e disse:” Senhor Presidente, acho que o ponto é exatamente esse, quer dizer, a Senhora Deputada Anabela Blanc tem dúvidas, mas não tem certezas, não lhe parece, mas não tem nada em concreto que possa dizer isto. Eu fico preocupado e por isso é que, naturalmente, peço e dizer que o chefe de divisão sabe disto, quer dizer, eu ouvi-a aqui a dizer na sala “não, eles nem falam!”. Você deve de achar que o mapa de pessoal não é feito em articulação com os dirigentes e com a chefe de governança que é a responsável pelos recursos humanos, que isto lembramo-nos, o executivo em funções, de colocar isto desta maneira e as coisas aparecerem por obra do



Assembleia Municipal de Óbidos

49

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

espírito santo, que não há uma articulação com os dirigentes de cada uma das áreas e depois isto não é tudo compilado com base na vontade política do executivo, vertendo isto, naturalmente, para um documento como aqui é apresentado. Esta coisa de lançarem “eu tenho duvidas! eu tenho duvidas! eu tenho dúvidas!”, nós também tínhamos dúvidas e foram esclarecidas. O esclarecimento é que a chefe de divisão que tem esta responsabilidade assume que isto está em conformidade e é o documento que nós vimos aqui deliberar”. ---

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc disse: “Eu não percebo, é verdadeiramente extraordinário, que não se fique minimamente preocupado com a possibilidade de a Câmara estar a fazer contratações cuja legalidade é bastante duvidosa e cujo o pagamento maior, mas eu até estou á vontade porque não estou em nenhum órgão executivo e, portanto, a existir ilegalidades ou haver crime, eventualmente, ou até outras responsabilidades civis ou penais não vão ser minhas, agora eu, cabe-me a mim alertar que foi uma dúvida que nós tivemos hoje, andei até a procurar jurisprudência nesse sentido e, de facto, o mapa de pessoal é um culminar de um procedimento administrativo, o regulamento tem que ser, os cargos têm que ser coincidentes com o mapa de pessoal, o mapa de pessoal não é o documento máximo, é um documento que decorre dos outros, e não é o mapa de pessoal que manda, o que manda é o mapa de pessoal e o regulamento. Agora se eles não coincidem, como é que se vai contratar uma pessoa? Eu acho estranho ninguém ficar preocupado com isto, mas pronto é a minha opinião, e tenho o direito a ela.”

--- A Senhora Deputada Ana Sousa pediu a palavra e interveio dizendo: “Só acrescentar que a informação da senhora chefe de divisão o que diz é assim, uma informação de 09/12/2025 “o mapa de pessoal contem a indicação do número de postos de trabalho que o município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, que é acompanhado pela respetiva previsão de despesas no orçamento, tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia e os objetivos fixados superiormente conforme o artigo 28 do decreto de lei da função pública conforme o número 4 do artigo 29 desta tal lei aprovado. Remete-se o mapa de pessoal em anexo elaborado conforme diretivas superiores e cumprindo os formalismos legais para ser presente em reunião de Câmara e posteriormente em Assembleia Municipal para análise e eventual aprovação”. Portanto, ela aqui não se compromete com nada, “cumpre os formalismos quanto ao mapa”, agora ele é elaborado conforme diretrizes superiores, ela não se compromete nem tem que se comprometer, portanto, mas não há aqui nenhuma informação que nos salvaguarda e que nos diga “não, não, isto está tudo de acordo com o regulamento”, não, o que ela diz é que é elaborado conforme diretivas superiores.” -----

--- O Senhor Deputado Vítor Rodrigues interveio e disse: “Eu, estas partes mais legalistas, deixo aqui para as minhas colegas, a mim, dou mais ênfase aqui aos números que me sobressaem e, estamos fartos de falar do mapa de pessoal e neste mapa há aqui vários números, há aqui um 614 que eu não sei o que é que é e gostava que me explicassem. Ou isto é uma previsão para o próximo ano, porque eu entendo que o 531 deve ser de facto o número real ou o total dos postos de trabalho para a Câmara, que são proposto, e o 614 não sei. Também de chamar a atenção ou de realçar um dado importante, portanto, no ano passado tínhamos um mapa com 423 pessoas, este ano a proposta é para 531, sabendo, desde já, que 310 não estão ocupados, não sei se estes dados estão certos, mas foi as



Assembleia Municipal de Óbidos

50

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

minhas contas, portanto, temos um aumento significativo, são cento e não sei quantos postos de trabalho, mas curiosamente 310, que já vêm também do ano anterior, não estão ocupados. Portanto, isto a ser cumprido vamos colocar 310 pessoas no município.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e disse:” Eu fiquei confuso com a intervenção do Senhor Deputado Vítor Rodrigues, e fico confuso porque não percebo o que é que quer exatamente. Se quer que o concelho progrida e que haja uma melhor resposta para o concelho, ou se acha que estamos bem e como é que nos contratamos se não estiver isto na estrutura flexível do mapa de pessoal? Se não contratamos mais pessoas para fazer prestação de serviço. Como é que nós fazemos isto? Mas também fez logo referência que a parte legalista da coisa deixava para as colegas, mas nós não podemos contratar se não estiver na estrutura. E os números que constam há data, naturalmente que esta nossa ambição, gostaríamos que houvesse tantos recursos humanos para poder preencher todo este mapa de pessoal. Nós tínhamos do mandato anterior e da estrutura anterior, a atual ainda que esta, está para deliberação, cerca de 29% dos lugares previstos e não ocupados, dos quase 430 tínhamos 120 e tal lugares que não estavam preenchidos e que queremos preencher, naturalmente. Mas não depende só de nós, é preciso nós abirmos, é preciso nós acompanharmos, é preciso que as pessoas estejam disponíveis para vir, é preciso que a Administração Central faça aquilo que tem manifestado nos últimos dias, que é rever a carreira da administração pública, reforçando, naturalmente, a competitividade para com as autarquias, fugindo à regionalização e aumentando a estratégia ligada à municipalização e às CIMs, é isto que a Administração Central prevê, e que nós estamos, naturalmente, expetantes para que isso aconteça, mas aquilo que nós precisamos é, efetivamente, ter mais recursos humanos, mais meios, mais capital humano para podermos dar respostas ao nosso território. Mas isso é preciso reforçar, é preciso dotar a estrutura para que possa ser feita essa contratação. Se calhar há pessoas que não estão disponíveis para uma determinada tarefa, mas podem estar para outra, podem não querer ir para uma determinada vertente operacional, quererem fazer outra, portanto, nós precisamos de ter na nossa estrutura. Não vamos ocupar esses lugares todos no próximo ano, infelizmente. Os concursos levam meses, depois de meses, muita das vezes as pessoas têm outras opções porque eles levam meses, e naturalmente temos que rever toda esta estrutura e por isso é que elas passam do número de estruturas orgânicas para as subunidades e que naturalmente aqui têm uma vertente que eu diria intencional do ponto de vista da maior capacidade de atração com um maior rendimento pela estrutura dirigente, mas acima de tudo, que também o próprio, e agora tivemos a notícia de uma proposta que surgiu do Conselho de Ministros para um ordenado mínimo para passar para 920€ no próximo ano, mas acima de tudo nós temos de ter aqui uma dimensão suficiente na nossa estrutura para poder abrir concursos, só assim é que é possível. E esperamos nós, naturalmente, dar resposta àquilo que são as nossas atribuições enquanto serviço público. Eu acho que, para aquilo que nós crescemos em demografia, para aquilo que nós crescemos em número de visitantes, para aquilo que é o desgaste imposto, isto não é demais. Não é demais e por isso é que foi pensado desta forma, aliás, nós estamos neste momento a fazer estudos de viabilidade técnica ou jurídica para podermos considerar se faz sentido ou não termos, ou uma empresa municipal ou



Assembleia Municipal de Óbidos

51

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

uma outra figura que nos permita fazer a própria gestão dos resíduos. Sentimos que com a prestação de serviços não estamos a ser tão bem-sucedidos, se calhar, como gostaríamos, como aquilo que o nosso município exige. Estamos a fazer esse estudo. São caminhos que se tem que percorrer, é preciso estudar. São documentos teóricos como vos falava há pouco atrás, mas que nos vão dar respostas para aquilo que nós queremos para o futuro. Temos que fundamentar bem as coisas, mas em relação a este número, é um número que nós queremos para o próximo ano lançar concursos. Reconhecendo, acima de tudo, a nossa equipa de recursos humanos, porque, já disse aqui por diversas vezes, algumas áreas são estranguladoras ou são funis do desempenho autárquico. Contratação pública, gabinete de recursos e o gabinete técnico. Não é com um arquiteto e três engenheiros civis que produzimos o trabalho que nós queremos fazer. Contratamos fora. Ok! Mas tem que ser eles a abrir o procedimento. São sempre os mesmos, e são estas as dificuldades correntes, aliadas a períodos contínuos de precipitação, que há urgências por todo o lado, é preciso deixar tudo aquilo que estava planeado para ir acudir aquilo que são as urgências do dia, diárias, semanais e às vezes isto é gerir urgência da urgência. É preciso ter meios". -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sete votos contra e três abstenções.-----

---- O Senhor Presidente de Junta do Vau, não votou por estar ausente. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO DEZOITO - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS PARA 2026; -----

---Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,6063, acompanhado da devida documentação. -----

--- A Senhora Deputada Natália Leandro, cumprimentou todos os presentes e disse:"Sobre este ponto 18, documentos previsionais para 2026, analisei esses documentos previsionais e verifiquei que a informação constante dos orçamentos das receitas e despesas e que merecem os seguintes comentário: portanto trata-se de um orçamento com um valor global de 29,2 milhões em que as receitas correntes representam 86,9% do total deste orçamento, portanto 25 milhões 401 mil 450 euros, e temos de receitas de capital 3 milhões 827 mil 737 euros. Também nesses documentos previsionais é dito que o equilíbrio orçamental está de uma forma sólida e com previsão essencialmente oriunda dos impostos do IMI e de IMT. Do lado das despesas temos as despesas correntes, que totalizam 23 milhões 435 mil 172 euros e que representam 80% do total de despesa, verificando-se que tiveram um aumento na ordem dos 11,75% relativamente ao ano anterior. Destas despesas destacamos os gastos com o pessoal, que também já no ponto anterior foi mencionado, sobretudo a necessidade de mais contratações. E depois temos, relativamente às despesas do capital 5 milhões 795 mil e 15 euros que estão previstos e que representam apenas 19,83% e, tendo em conta o histórico do ano 2024 em que a execução destas despesas de capital rondaram os 16,4%, se calhar o mais provável é que esta estimativa para 2026 também não ande muito longe desta percentagem. Portanto, até o próprio orçamento prevê diminuição de 3,01% relativamente ao orçamento inicial de 2025,



Assembleia Municipal de Óbidos

52

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

depois continuando a analisar estes documentos previsionais e quando chegamos às grandes opções do plano e a título de exemplo, temos por exemplo aqui as despesas com as creches que para 2026 está prevista uma despesa efetiva de 356 mil 591 euros, sendo que ao longo dos vários anos o que está previsto de investimento é superior a 1 milhão e meio e, portanto, isto significa que em 2026 as obras da creche não vão avançar muito. Depois também o edifício multiserviços de Óbidos, que também verifiquei que tinha lá inscrito uma verba para 2026 de 169 mil 717 euros, também não sei muito bem o que é que estará aqui previsto de concluir. E outra rubrica que eu destaco aqui é realmente o plano de saúde para Óbidos, que também já falamos anteriormente, e que é apenas de 210 mil euros. Mas então este plano de seguro não ia aumentar? Porque é que não é aumentado o plafond de forma por exemplo a cobrir os exames diagnósticos, que eu acho que é uma coisa que poderia beneficiar imenso as pessoas que realmente necessitam de cuidados de saúde. Relativamente ao quartel da GNR, também 804 mil 357 euros, requalificação do parque do Arrifes que está num estado deplorável, mas que analisando este grande plano não se prevê a concretização desta obra para 2026. Quanto ao aqueduto da Usseira e que foi uma obra muito falada durante a campanha eleitoral, o que é que está previsto fazer em concreto relativamente a este investimento? E gostaria também de perguntar, relativamente às obras que foram anunciadas, o que é que efetivamente conseguem concretizar no ano de 2026. O que é que este orçamento é diferente ao do ano passado? Portanto, também constatamos que existem vários investimentos que foram iniciados em anos anteriores, continuam a figurar neste próximo orçamento e, portanto, pela leitura que eu faço deste documento também não serão finalizados neste ano de 2026. Portanto, gostaria que o Senhor Presidente me respondesse a estas preocupações que são relativamente aos investimentos que se podem fazer no concelho e que se podem traduzir em melhorias para todos os munícipes". -----

O Senhor Deputado Hugo Henriques interveio e disse: "Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes. No âmbito da apreciação dos documentos previsionais do município de Óbidos para o ano 2026 importa destacar alguns dos elementos que considero mais relevantes tendo por base a análise dos mapas orçamentais e da informação financeira disponibilizada a esta Assembleia Municipal. À semelhança do que se tem vindo a verificar em exercícios orçamentais anteriores, o equilíbrio orçamental continua a assumir um papel central na elaboração do orçamento municipal, refletindo uma opção clara por uma gestão prudente e financeiramente responsável. Para o ano 2026 é apresentado um orçamento com um montante global de 29 milhões 230 mil 188 euros e 5 cêntimos, o que representa um acréscimo de 2 milhões 554 mil euros face ao orçamento do ano homólogo, este aumento tem como objetivo criar margem financeira para responder aos objetivos estratégicos definidos pelo executivo municipal, sem comprometer a estabilidade das contas do município. No que respeita à estrutura da receita é particularmente relevante o peso das receitas correntes, que totalizam 25 milhões 401 mil euros, correspondendo a 86,9% do valor global do orçamento. Esta predominância das receitas correntes traduz uma estrutura orçamental equilibrada e menos dependente das receitas extraordinárias ou pontuais. Dentro das receitas correntes, a rubrica dos impostos diretos assume um papel determinante, representando 46,4% da receita previsional, este



Assembleia Municipal de Óbidos

53

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

dado é relevante uma vez que evidencia a capacidade do município em gerar receitas próprias de forma consistente, permitindo financiar a sua atividade regular e assegurar a concretização das políticas municipais definidas no início do mandato. De forma global a receita prevista assenta, maioritariamente, em receitas próprias, nomeadamente impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, bem como na venda de bens e serviços correntes. Estas rubricas asseguram, no seu conjunto, cerca de 66% do total das receitas, refletindo uma opção clara pela redução da dependência das transferências do orçamento de Estado. Este facto contribui para o reforço da autonomia financeira do município e para uma maior previsibilidade na execução orçamental ao longo do exercício. Relativamente ao orçamento da despesa, verifica-se que a despesa corrente representa 80,17% do total da despesa, correspondendo ao montante de 23 milhões 453 mil euros. Importa salientar que este valor se situa, 1 milhão 966 mil euros, abaixo da receita corrente orçamentada, o que evidencia a existência de uma margem positiva entre receita e despesa corrente, elemento essencial para a sustentabilidade financeira do município. No âmbito da estrutura da despesa a rubrica de aquisição de bens e serviços assume um maior peso relativo, absorvendo 38,61% do total da despesa, com um montante de 12 milhões 284 mil euros. Esta componente reflete em grande medida aos custos associados ao funcionamento regular do município e à prestação de serviços à população, sendo por isso um indicador relevante da atividade municipal. Os custos com o pessoal representam, igualmente, uma componente significativa deste orçamento, correspondendo a 29,82% do total da despesa, regista-se um aumento de 18% face à dotação do ano transato, aumento esse que resulta, essencialmente, das atualizações salariais, legalmente previstas, bem como do provimento de lugares vagos constantes no mapa de pessoal, trata-se de uma evolução que importa acompanhar, mas que se encontra devidamente enquadrada no equilíbrio global do orçamento. Em síntese, este é um orçamento equilibrado, financeiramente responsável e sustentado em receitas próprias, que preserva a estabilidade do município e garante condições para cumprir os objetivos definidos para 2026. Por último gostaria de aproveitar a oportunidade para desejar também um feliz natal a todos, extensível às vossas famílias". --- A Senhora Deputada Ana Sousa Só fazer aqui uma correção, que me parece ser uma gralha, na página 32 do PDF ou 27 do documento, portanto, a seguir ao gráfico 4, há um parágrafo que começa pela "As GOP representa um total de 14 milhões 194 mil 590 euros, este número muito provavelmente não está correto, porque é a somatória do que está no quadro a seguir e que são 14 milhões 155 mil 268,35 euros, portanto, deve ser uma gralha que lá está em cima. Certo?" -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse:" Sim, já estou a ver, não está igual, portanto, há uma diferença de cerca de 40 mil euros." -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa interveio dizendo : " Exatamente! Portanto, deve ter sido, enfim,não sei o que foi, também não interessa, é só para corrigir. Depois dizer que ainda a propósito do mapa de pessoal, que este, o orçamento fala-se ainda em secções em números diferentes daquelas que estão no mapa de pessoal, portanto, nem aí bate certo. Bom, mas isso era só estas duas correções ao documento e agora fazer aqui uma apreciação sumária, do que para nós é sempre essencial, 29 milhões 230 mil 188, 05 euros, valor do orçamento, temos 5,8 milhões de despesas de capital, portanto 19% do nosso



Assembleia Municipal de Óbidos

54

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

orçamento, temos mais despesa com o pessoal, temos mais valores em aquisição de bens e serviços, estas despesas de capital que eu estou a falar são, em termos de percentagem, inferiores ao que estava previsto no orçamento do ano anterior, apesar deste orçamento ser, à partida, maior. Aquilo que verificamos em PPI são os mesmos investimentos que falamos há cerca de 3 anos, eu diria que isto tem uma leitura de que de facto o executivo anterior nada fez em termos de obra, ou muito pouco fez em termos de obra e, portanto, isto não é uma perceção é uma evidência, porque senão as obras e o investimento não perduravam para o presente mandato e para o presente orçamento e, portanto, tenho em conta tudo isto, aquilo que eu coloco são questões muito concretas, face a este orçamento, porque aquilo que eu vou perguntar não se consegue concluir nem inequivocamente, nem se consegue concluir, a pergunta é concreta: para quando parques infantis? Creches, quando é que elas vão estar concluídas? Habitação, valor que falamos há pouco na estratégia local de habitação. Quando? Em que ponto é que está a decorrer? Os apoios às instituições com as quais nós nos comprometemos a apoiar relativamente às ERPIs como é que está? Que apoio tem sido dado a essas entidades para que elas possam, de facto, fazer aquilo que pretendem relativamente a esta matéria das ERPIs. Mobilidade, para quando é que temos um transporte urbano como deve de ser? Não temos nada que assegure a mobilidade no nosso concelho. Escolas, o Senhor Presidente falou no mandato passado que íamos ter uma candidatura e que as escolas tinham que ser todas remodeladas do nosso concelho, porque estavam a precisar de obras de recuperação e de requalificação. Para quando? Datas em concreto, por favor. O aqueduto, fizemos uma reunião extraordinária, do órgão executivo e deliberativo, para tratarmos desta matéria que era ultra urgente. Para quando? Datas, ações concretas. Já agora, o parque das autocaravanas que fechou ali ao lado, e que agora está à frente à PRIO. Para quando é que a situação está regularizada? E a propósito de parque de autocaravanas, o da Amoreia, como é que está? O projeto já estava em desenvolvimento. E já agora o de A dos Negros que consta nas vossas promessas eleitorais. E já agora, também, para quando o campo de relvado natural, que estava previsto para Olho Marinho e para o Vau. E a propósito e ainda mais. Para quando a dinamização da Praça da Criatividade, que ia ter uma agenda própria. Para quando é que isto acontece? E por último, e o restaurante da Praça de Criatividade que já foi adjudicado há mais de um ano. Portanto, face ao orçamento que aqui está e às ações que não possíveis de concluir, agradeça que nos desse uma previsão realista de todas estas ações que não são inventadas nem saem da minha cabeça, mas que estão no papel há anos e não vêm a luz do dia". -----

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e interveio dizendo o seguinte: "Obrigada Senhoras e Senhor Deputado pelas intervenções! Não vou, naturalmente, comentar as evidências do nosso documento que foi presente a todos, relativamente à questão dos documentos previsionais para o município de Óbidos para o próximo ano de 2026, um valor de 29 milhões 230 de orçamento previsto e, naturalmente, dar-vos nota que aquilo que é a nossa estimativa, previsão em termos de saldo de transição para o próximo ano vai incrementar cerca de 12 milhões a este orçamento, é um valor que ainda, naturalmente, será apurado até ao final e que nos colocará próximo dos 42 milhões de euros de orçamento para 2026. E, naturalmente, a apreciação técnica do documento, julgo



Assembleia Municipal de Óbidos

55

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

que foi feita por qualquer uma das duas primeiras intervenções. Relativamente à questão da intervenção colocada pela Senhora Deputada Natália, dar-lhe nota que eu achava que não tinha que explicar que uma obra de uma Creche, de uma habitação, ou de um multisserviço não se consegue fazer em 12 meses, mas eu se calhar vou ter que reforçar, porque há pouco também fui mal interpretado na forma como quase que indicavam que estava a conduzir a Assembleia Municipal. Para a Creche está previsto um valor de 396 mil euros do 1 milhão e meio previstos, porque aquilo que se prevê é que ela não seja executada na sua totalidade no ano 2026. Nós já perdemos cerca de 180 mil euros do PPR por morosidade dos pareceres, relativamente à questão mais recentemente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, pesa embora as várias intervenções que fizemos junto do Governo e que ele próprio se estava a limitar naquilo que eram as execuções do Plano de Recuperação e Resiliência, mas, conforme manifestamos há 3 anos, este é um processo e um projeto que nós queremos dar continuidade, porque as respostas educativas e as respostas sociais são para nós prioritárias para o contínuo crescimento do nosso território e, portanto, são naturalmente necessárias. E é assim para o multisserviços, e é assim para a GNR, e é assim para o parque de estacionamento que está contratado o projeto, e eu vou ter que vos explicar também, naturalmente, não têm que ter essa responsabilidade de saber, mas muita das vezes quando abrimos um concurso para arquitetura ou para o projeto de um simples parque de estacionamento, que de facto não está digno, não é aquilo que nós queremos apresentar aos moradores, aos munícipes, mas também aqueles que nos visitam, em especial em períodos de eventos, nós deparamo-nos com dificuldades tão simples como, é aberto o concurso, são enviadas as propostas, são abertas essas propostas e depois é preciso haver documento que habilitem a validade dessas propostas, e muita das vezes o que acontece é que nem o 1º, nem o 2º, e muita das vezes só o 3º, quando existe um terceiro candidato, é que tem documentação e habilita a sua continuidade no processo, e quando isto não acontece, temos que voltar a fazer os concursos, e isto perde mais uns meses. E é naturalmente estas as dificuldades onde nós esperamos. Eu deduzo que vocês saibam disto, mas se isto não for de alguma forma rebatido ou contra-argumentado neste órgão e órgão deliberativos, muita das vezes fica esta dúvida. O plano de saúde está previsto um determinado valor, e se há coisa que este executivo tem, e em linha de continuidade com o anterior, é respeito pelos dinheiros públicos, é rigor pelos dinheiros públicos. E quando nós temos aqui na equação a possibilidade de termos uma USF Modelo C há bastante tempo, dentro daquela lógica. Nós não iríamos colocar um valor diferente daquilo que é também, dar esta nota, as regras para as quais se constrói um orçamento municipal. Nós não podemos aumentar, agora para 30 ou 40 milhões de euros, só porque nos apetecesse, porque há regras que tem que haver aqui um histórico relativamente aquilo que são os anos anteriores e, nomeadamente, os 3 anos anteriores. Portanto, Senhora Deputada Natália, é esta a realidade em reação a esta matéria, e dar-vos uma outra nota também a todos e, em particular, aqueles que querem prazos concretos que, nós também queremos, nós também queremos essas respostas, nós também queremos que as obras comecem rapidamente, nós também queremos passar para uma outra fase que é sair da fase das manutenções das escolas, das manutenções dos jardins de infância, das manutenções das creches, das manutenções das redes viárias,



Assembleia Municipal de Óbidos

56

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

porque queremos fazer investimentos estruturantes para o território. Nós queremos requalificar as escolas para que deixemos de ver o rodapé, ou o chão ou o telhado que criam infiltrações, ou tudo isto, mas depois temos que nos deparar o que é a realidade. Uma coisa é o sonho, outra coisa é a realidade, e a realidade diz-nos que um projeto tão importante como era o edifício multisserviços, que era suposto ter entrado a candidatura no dia 24 de setembro de 2025, teve que passar e que os prazos foram prorrogados para junho de 2026, se não estou em erro, 16 de junho de 2026. O que é que isto nos obriga? Obriga aquilo que a lei nos impele a ter que cumprir caso fosse submetido naquela data, que é a revisão do projeto. Tivemos que contratar a revisão do projeto, mais um processo com alguns meses para dar cumprimento a isto. E aquilo que foi praticamente mais um ano da prorrogação do prazo da candidatura do edifício multisserviços onde estava em causa por parte de uma vontade de uma técnica da CCDR, onde nós tivemos que ter uma reunião fácil, porque felizmente a atual presidente da CCDR é uma pessoa sensata, os técnicos não têm que ter vontades, tem que cumprir com aquilo que lhes está definido, pode ou não pode, e não pode meter em causa um investimento de 3 milhões de euros para as pessoas do concelho, para o município de Óbidos e aqueles que quiserem vir servir das respostas de serviço público no nosso concelho, achar que alguém que não gosta do telhado ou da cor, ou da cadeira ou da mesa. Ou cumpre ou não cumpre. Se cumpre tem que validar e não pode estar aqui a colocar em causa 2 milhões 550 mil euros do erário público. E são estas as dificuldades dos pareceres que vos falava há pouco da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, entre um conjunto delas. Aliás há uns tempos ouvi isso na Assembleia da República que para fazer uma comunidade de autoconsumo são precisos 30 pareceres de diferentes entidades, e nós temos que conjugar tudo isto, quando temos um edifício multisserviços que congrega 7 serviços públicos. Teve que aqui haver a concertação à data ainda com a AMA, depois AARTE, isto cria uma dificuldade acrescida, é preciso juntar uma entidade, é preciso falar com outra, é preciso definir o projeto, é preciso definir as áreas, é preciso definir todo o caderno de encargos, e depois a questão da revisão de projetos. E Senhora Deputada Ana Sousa, o quando eu dizia-lhe, se depender só de mim, se depender só da Câmara eu dizia-lhe, mas eu não dependo de mim e aquilo que eu lhe pudesse estar a dar aqui de datas definidas, estaria a incorrer numa mentira porque não depende de mim naturalmente o prazo. No que depender de mim é o quanto antes. Felizmente temos dinheiro, felizmente temos as candidaturas que também nos podem devolver parte desse dinheiro e aquilo que nós queremos fazer é estas obras dos parques infantis que manifestamos, o apoio para as ERPIS que publicamente apoiamos ou que mencionamos, a questão da mobilidade dizer que não fizemos nada não dá valor ao investimento de 13 milhões de euros que as autarquias da região Oeste fizeram. É dizer que ter transporte público gratuito entre os 12 municípios não presta para nada, é dizer que pagar 40 euros para a área metropolitana de Lisboa e dar condições a pais que podem efetivamente colocar agora os seus filhos a estudar numa universidade, porque eles podem ir e vir no mesmo dia durante 1 mês por 40 euros, é dizer que não foi feito nada. É dizer que não foi construído e implementado o transporte público para o parque tecnológico, onde quisemos colocar também uma mobilidade para as zonas de empreendimento onde os colaboradores possam utilizar esse tipo de infraestruturas, e nada foi feito. Naturalmente o



Assembleia Municipal de Óbidos

57

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

aqueduto vai de alguma forma consubstanciar esse investimento de quase 2 milhões de euros naquilo que foi também a necessidade de uma revisão de projetos. Esperamos, naturalmente, que este processo avance o quanto antes, na mesma forma que conseguimos garantir os 442 mil e 800 euros para a requalificação da escola do Alvito, o processo está em marcha, da mesma forma que vos quero dar nota aqui também, recebemos a semana passada o parecer da entidade do Ministério da Educação que valida para o nosso projeto de execução para o jardim de infância do Vau, que inicialmente estava previsto no valor de 480 mil euros, e neste momento o preço base vai-se definir no 620 mil euros. São obras estruturantes que nós precisamos de fazer, são obras que nos insistimos frequentemente como o fizemos, ainda há pouco tive a oportunidade de mostrar ao seu colega Deputado Vítor Rodrigues a insistência que tenho tido com o Secretário de Estado do Ministério da Administração Interna para assinatura da adenda ao protocolo, o 3º protocolo relativamente ao posto territorial da GNR. Mas finalmente, durante o mandato 2025, tivemos o projeto final e onde foi lançado o concurso. O parque de autocaravanas que não está esquecido seja na Amoreira seja na A dos Negros, estará naturalmente também na nossa lista de projetos a avançar. E, naturalmente, se sabe que o restaurante da Praça da Criatividade já foi entregue, também deveria saber que aquilo que divide a sua utilização é neste momento equipamentos que estão a ser adquiridos em função daquilo que foram os pedidos por parte da pessoa que ganhou, os grandes domésticos e depois aqueles pequenos domésticos que esta pessoas ou estes empresários colocaram. E não há estádio nenhum falado no Olho Marinho, há efetivamente um compromisso com a população da freguesia do Vau para o estádio do Vau, e naturalmente em função daquilo que forem as nossas prioridades vamos executar tudo aquilo que nós conseguirmos na maior brevidade possível. O prazo que lhe vou dar é com a maior brevidade possível, não lhe posso dar uma data “.

--- O Senhor Deputado Vítor Rodrigues pediu a palavra e disse:” Bom. É muito rápido, é só duas ou três chamadas de atenção em relação aos números que me ressaltam. O que eu olho para aqui é, e a ver se eu consigo ter este raciocínio certo, uma variação do ano 25 para o ano 26 de 1 milhão 555 mil 541.68 euros, de acréscimo de 29,82% face ao valor de despesas com o pessoal do ano de 2025. Eu andei aqui a fazer contas e das 310 pessoas que estão contempladas para o novo mapa de pessoal, 1 milhão 555 não dá para 50 pessoas, ou dá para pouco mais do que isso, portanto não sei se bate certo ou não mas é aquilo que aqui está, os valores são estes. 310 pessoas que estão a faltar num mapa de 500 e não sei quantos, portanto se tirarmos este 310 estão lá 200 e não sei quanta, significa que é o dobro, o dobro não é 1 milhão 555, o mínimo deviam ser 8 milhões a mais. Em relação aqui à mobilidade, por acaso não tinha nada, mas lembrei-me, eu lembro-me do Senhor Presidente ter falado, por exemplo quando eu falava da conservação do muro do senhor da Pedra, aquilo estaria incluído na mobilidade suave, quando a gente falava da questão dos alunos que vão para a escola de música ali no meio da estrada, eu lembro-me de o Senhor Presidente ter falado da mobilidade suave, e agora a única coisa que existe são os passes de 40 paus para Lisboa. Mas a malta daqui que utiliza isto, precisa, e os muros estão a cair, não há nada, fala-se há muito tempo. E uma vez mais em relação aos JIs, e o JI do Vau, só há duas interpretações que eu posso fazer, ou o Senhor Presidente



Assembleia Municipal de Óbidos

58

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

andou a enganar ou nós andamos muito enganados, com aquilo que vem de trás, porque o JI do Vau tem barbas, portanto, ou houve alguém que andou a dizer ao povo que o projeto estava feito e que faltava se calhar 1 cêntimo, agora o Senhor Presidente vem dizer que não está nada feito, que é preciso fazer, portanto, alguém andou-nos a enganar durante este tempo todo e este tempo todo são muitos anos, em relação pelo menos ao JI do Vau, isso está farto de estar nos orçamentos. Realmente eu acho estranho como não há nada preparado na Câmara para que dê sustentabilidade ao projeto. Portanto aquilo que eu ouço do Senhor Presidente é que nada está feito, nada foi feito, e tem dificuldades e acredito nisso e compreendo-as, mas de facto custa-me aqui um bocadinho. Ali em relação ao desporto já ouvi falar alguma coisa, eu andei para aqui à procura, mas também não vi grande coisa. São mais alguns valores, eu depois não compreendo isto muito bem, vejo aqui uns valores de educação de 260 mil euros, para o desporto continuamos a ter 295, cultura, turismo e eventos temos 837 e 600, publicidade temos aqui 112 e 500, portanto há aqui uns valores engraçados, as pessoas perguntam-me para que é que isso serve e eu digo-lhes, é tentar perceber onde é que de facto se gasta o dinheiro, e onde é que ele se podia gastar de outra forma, não sei, mas isto são valores aqui soltos e obviamente tem uma explicação e é isso que eu pretendo com a minha apresentação, e penso que vou ficar por aqui.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo: “Senhor Deputado Vitor Rodrigues, 1 milhão e meio de euros em recursos humanos, ainda há pouco expliquei, porque abrir um concurso, fechar um concurso de recursos humanos leva meses, eu não consigo explicar isto de uma outra forma, é que se eu levar 6 meses na melhor da hipóteses era muito bom, a fechar os concursos todos, ou melhor, concursos para esses meios humanos todos que acabou de referir o valor de 1 milhão e meio de euros dava um número, a maior parte das vezes o que pode acontecer é efetivamente não haver pessoas que queiram preencher esses concursos e nós temos que dotar o nosso orçamento de um valor realista previsto, esperamos nós que este valor seja colocado, e digo-lhe muito sinceramente, se eu conseguir meter 56 pessoas no ano 2026 na Câmara não era nada mau. Eu não tenho as regras do privado para poder mais 50 ou 100 euros a cada um, tenho valores tabelados para assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores ou carreiras de dirigentes, portanto essas contas não se fazem assim. Não é x pessoas, x valor e está lá, não, é preciso entrarem, é preciso haver concurso é preciso que as pessoas queiram ficar. Vir falar mais uma vez dos muros da igreja da Senhora da Pedra, eu percebo eu passo lá todos os dias, já fui falar com o Senhor Padre a ver se arranjava porque é da fábrica da paróquia os muros. A Câmara financia, mas tem regulamentos para poder financiar. E eu não sei quem andou a enganar quem, aquilo que eu apanhei do Jardim de Infância do Vau foi um quase projeto, que por alteração da lei teve que voltar tudo atrás mais uma vez, e aquela pessoa que até já tinha o projeto quase feito, apresentou o dobro do valor de outra que nada tinha feito, e nós vamos contratar pelo menor preço, é assim as regras da contratação pública, é assim que as coisas funcionam, eu também gostava que as vezes não fosse assim, e tenho uma pessoa que é o meu pai que também acha que se pode fazer fracionamentos, fazer 10 metros de calçada, depois fazer mais um bocadinho, mas não posso, isso é fracionamento de despesa, há regras para cumprir. E não é por nos dizermos



Assembleia Municipal de Óbidos

59

Ata n.º 3

Sessão Ordinária de 19.12.2025

que até sou de ginástica ou até sou de educação física que podemos...poder dizer podemos, ninguém nos proíbe de podermos dizer aquilo que quisermos dizer, aliás desde que o Presidente da Assembleia o permita, dê a palavra, está tudo bem. Agora as coisas não são da forma que se gostaria que elas fossem, tem regras.” -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com dezoito votos a favor, sete votos contra e duas abstenções.-----

--- O Senhor Deputado Luís Cunha não participou na votação por impedimento.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO DEZANOVE - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;-----

--- Não tendo havido intervenções, foi dado conhecimento. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para uma ultima intervenção e disse:”Esta minha intervenção é de facto, para aquilo que vocês todos já o fizeram, praticamente aqueles que intervieram, que é desejar as boas festas a todos vós, estendido naturalmente a toda a família, que seja acima de tudo um período de reunião, de balanço acima de tudo do ano que está praticamente a findar, e naturalmente que se juntam diante dos vossos, que se reúnam, reemergissem, ganhem mais força, mais determinação para os desafios, que são muitos, do próximo ano seguramente. Todo o nosso planeta está com uma instabilidade e uma alteração constante, que nos coloca aqui desafios de grandes dimensões, de grandes magnitudes, mas acima de tudo que estejamos todos preparados e imbuídos de um espírito que contagie, num bom sentido, os vossos familiares, os vossos amigos, todos aqueles que convosco partilham esta período festivo de natal, mas acima de tudo que se siga também com a passagem de ano, que seja uma boa transição para o ano de 2026. Para mim foi um gosto estar aqui convosco, partilhar aqui algumas preocupações, algumas definições que vão surgir com aquilo que nos é possível nas condições possíveis, e contem naturalmente connosco para continuar a fazer mais e melhor pelo concelho”. ----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Óbidos, pelas zero horas e trinta minutos, do dia vinte de dezembro do corrente ano, deu por encerrada a sessão, do que para constar se lavrou a presente ata, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro. E eu, Cristina Margarida Oliveira Ferreira Almeida, lavrei esta ata que também vou assinar.